



PLANO DE ATIVIDADES & ORÇAMENTO 2018

Centro Hospitalar do Porto, EPE

2018

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
9/8/2018

Dr. PAULO BARBOSA	Dr. ÉLIA GOMES
Presidente	Vogal Executiva
Prof. Doutor JOSÉ BARROS	Dr. RUI PEDROSO
Diretor Clínico	Vogal Executivo
Enf.º EDUARDO ALVES	
Enfermeiro Diretor	

centro hospitalar
do Porto

Agosto 2018

Considerações iniciais:

O Plano de Atividades e Orçamento foi elaborado em conformidade com o Contrato-Programa celebrado, nos termos do estabelecido na alínea a) do artigo 24º do Decreto-Lei nº 18/2017 de 10 de Fevereiro de 2017.

Todavia, atendendo às necessidades e constrangimentos em matéria de recursos humanos, expostos nos pontos 5.3 e 7.5 deste documento, relativas a condicionantes externas e imperativos legais a que o CHP teve de dar cumprimento, a concretização do Contrato-Programa nas suas várias vertentes (em especial, produção e TMRG) pode estar seriamente comprometida.

PLANO DE ACTIVIDADES E ORÇAMENTO

CENTRO HOSPITALAR DO PORTO

SUMÁRIO

1. NOTA INTRODUTÓRIA	4
2. ENQUADRAMENTO DO CENTRO HOSPITALAR NA REGIÃO	6
3. POSICIONAMENTO ESTRATÉGICO	17
4. DESEMPENHO ECONÓMICO-FINANCEIRO EM 2017	20
5. ACTIVIDADES PREVISTAS E RECURSOS	25
5.1. DESENVOLVIMENTO ESTRATÉGICO	25
5.2. ACTIVIDADE PARA 2018	28
5.3. PLANO DE RECURSOS HUMANOS	34
5.4. PLANO DE INFRA-ESTRUTURAS E EQUIPAMENTOS	38
5.5. PLANO DE MEDIDAS - MELHORIA DO ACESSO E DO DESEMPENHO ASSISTENCIAL NO SNS	39
5.6 PLANO/MEDIDAS DE EFICIÊNCIA	41
6. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PREVISIONAIS	43
6.1. PLANO DE INVESTIMENTOS/FINANCIAMENTOS	44
6.2. DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS PREVISIONAL	46
6.3. BALANÇO PREVISIONAL	50
6.4. DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA PREVISIONAL	53

7. PRINCÍPIOS GERAIS DE ELABORAÇÃO DOS INSTRUMENTOS PREVISIONAIS DE GESTÃO	54
7.1. ADOÇÃO DE ESTRATÉGIAS DE MAXIMIZAÇÃO DE RECEITAS MERCANTIS	54
7.2. EBITDA E POLÍTICA DE REDUÇÃO DE CUSTOS	54
7.3. REDUÇÃO DE PMP E DO VOLUME DE PAGAMENTOS EM ATRASO (“ARREARS”)	55
7.4. ADOÇÃO DE ESTRATÉGIAS DE REDUÇÃO DO ENDIVIDAMENTO E ENCARGOS FINANCEIROS ASSOCIADOS	55
7.5. MEDIDAS ADOTADAS NO ÂMBITO DA GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS	56
7.6. OBJETIVOS SETORIAIS	57
7.7. PLANO DE INVESTIMENTOS PLURIANUAL	57
7.8. PRINCÍPIOS FINANCEIROS REFERÊNCIA PARA 2018 – REDUÇÃO DE GASTOS OPERACIONAIS	58
8. PARECER DO ROC SOBRE OS INSTRUMENTOS PREVISIONAIS DE GESTÃO E DECLARAÇÃO DE CONFORMIDADE DO OE2018	59
ANEXOS	65



1. NOTA INTRODUTÓRIA

O Centro Hospitalar do Porto, constituído pela fusão, em outubro de 2007, do Hospital Geral de Santo António, Maternidade Júlio Dinis e Hospital Especializado de Crianças Maria Pia. Em 2011, viveu mais uma integração, o Hospital Joaquim Urbano, e em 2013, o Centro de Genética Médica Dr. Jacinto Magalhães. Tais factos, têm influenciado a adoção de uma trajetória contínua no caminho da sustentabilidade, dado que a absorção de custos de outras entidades nem sempre se refletiu de forma ajustada na política de financiamento - não só porque os sucessivos contratos programa não refletiram adequadamente a casuística das unidades integradas, com impacto nos défices operacionais dos últimos anos, mas também porque o CHP continua sem receber parte do reforço do capital estatutário pela sua constituição através do Decreto-Lei 362/2007 de 28 de Setembro. Acresce que as duas últimas integrações, vieram agudizar a situação económico-financeira do CHP, na medida em que à data da integração o HJU estava em estado de falência técnica sem que tenha havido por parte da tutela qualquer reforço de capital estatutário no sentido de sanear tal desequilíbrio.

Em 2014, e pela primeira vez desde a constituição do CHP, tivemos um EBITDA e resultado líquido positivo. Nesse ano, entrou em funcionamento o novo edifício do Centro Materno-Infantil do Norte, inaugurado a 6 de maio com a presença do Sr. Primeiro-Ministro, representando já uma mais-valia em termos de crescimento da produção cujo reflexo será mais evidente em 2015. A conclusão das fases II e III (parque de estacionamento e requalificação do antigo edifício da MJD) ocorreu em inícios de 2016, com a inauguração a maio de 2016. Também em 2016, após o término das obras do 6º piso do HSA e da área da consulta, foi transferida a atividade do HJU aproveitando todas as sinergias da proximidade e articulação com os demais serviços do HSA.

Em setembro 2016 o Centro de Genética Médica transferiu a atividade de consulta para o CMIN, ficando apenas no CGM a área laboratorial até que possa ser transferida para perto da restante área laboratorial do CHP.



A assunção da Administração do Centro Hospitalar do Porto numa época de grande contenção financeira é um ato de risco calculado. As potencialidades resultantes da união de quatro hospitais com experiências, culturas e vivências diferentes são esperança para a criação de uma nova realidade mais harmónica pela prática de assistência em maior número de especialidades com uma vivência clínica enriquecedora pela diferenciação a que se deve juntar hábitos de consumo e racionalização da despesa mais adequados. A junção destes quatro hospitais antigos, com grandes problemas estruturais, um défice crónico acumulado, põe desafios acrescidos na gestão do curto prazo e imporá soluções inovadoras e de concentração sob pena de conduzir a uma situação incontrolável de responsabilidades a terceiros.

Este Plano de Atividades conta com a participação ativa de todos os profissionais do CHP, através de um comprometimento claro com as políticas e ações que serão levadas a cabo.

2. ENQUADRAMENTO DO CENTRO HOSPITALAR NA REGIÃO

O reordenamento da Rede Hospitalar na Área Metropolitana do Porto realizado em 2009 visou, entre outros objetivos, a obtenção de ganhos de acessibilidade geográfica dos utentes às Unidades Hospitalares (Internamento, Consulta e Urgência). O CHP integra-se na categoria das unidades muito diferenciadas da NUT III - Grande Porto, servindo de referência não só a outros Hospitais da unidade territorial, mas também aos de outras unidades territoriais da área metropolitana do Porto, bem como de outras unidades territoriais da região norte.

Com o Despacho nº 5911-B/2016 de 3 maio o Livre Acesso e Circulação (LAC), permitindo ao utente, em conjunto com o médico de família responsável pela referenciação, optar por qualquer uma das unidades hospitalares do SNS onde exista a consulta de especialidade de que necessita. Tal referenciação é efetuada de acordo com o interesse do utente, segundo critérios de proximidade geográfica e considerando os tempos médios de resposta, acessíveis através do Portal do SNS. Não obstante, e segundo o mesmo Despacho, as Redes de Referenciação Hospitalar (RRH), entendidas como sistemas através dos quais se pretende regular as relações de complementaridade e de apoio técnico entre todas as instituições hospitalares, persistem em particular nas áreas que vierem a ser definidas pela Tutela. Concomitantemente, a Portaria n.º 147/2016 de 19 maio vem reforçar a referenciação de doentes entre instituições hospitalares do SNS, conforme a diferenciação técnica dos cuidados de saúde a realizar no âmbito de cada especialidade, através das regras estabelecidas para cada RRH.

Assim, e apesar do Livre Acesso e Circulação dos utentes para primeira consulta de especialidade hospitalar, elencam-se de seguida as áreas de influência e de referência do CHP.

A área de Influência do CHP é constituída por todas as freguesias da cidade, com exceção de Bonfim, Paranhos e Campanhã, e pelo concelho de Gondomar. O CHP é ainda referência para a população dos distritos de Bragança e Vila Real, dos concelhos de Amarante, Baião e Marco de Canaveses, do distrito do Porto e dos concelhos situados a sul do Douro pertencentes à parte norte dos distritos de Aveiro e Viseu.

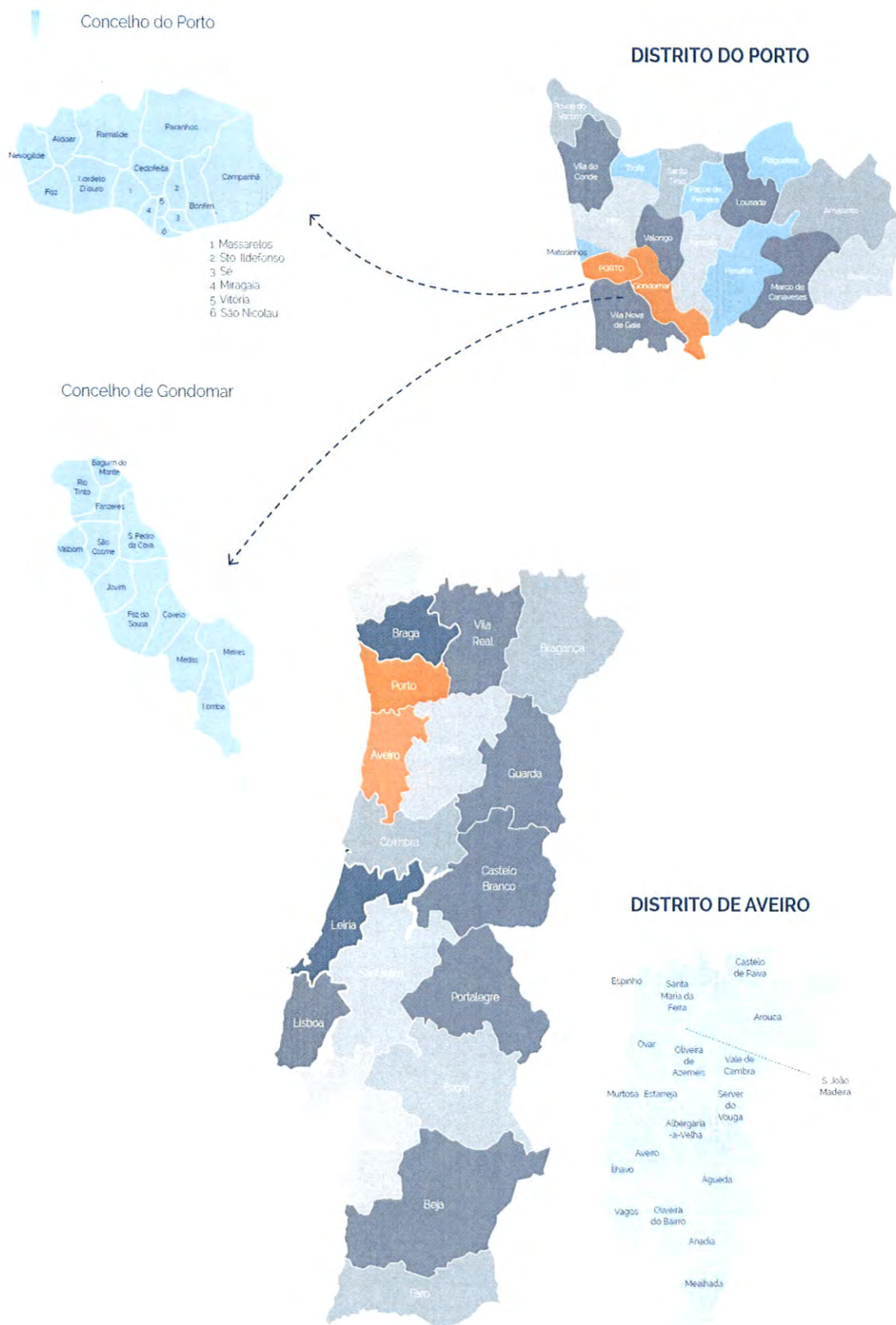


A criação da Urgência Pediátrica Integrada do Porto (UPIP), sediada nas instalações do Centro Hospitalar S. João, resultou em áreas de referência pediátricas do CHP diferentes conforme se trate da área cirúrgica ou da área médica. Assim, no que respeita à área cirúrgica, a referência é toda a zona Norte de Portugal, desde que o doente seja atendido pela equipa de urgência do CHP. No caso da pediatria médica, todos os doentes dos ACeS de Porto Ocidental e ACeS Gondomar referenciam diretamente para o CHP, independentemente da equipa de urgência que os atenda.

A Ginecologia/Obstetrícia tem como área de influência o grande Porto, com exceção das freguesias de Bonfim, Paranhos e Campanhã, e o concelho de Gondomar. A sua área de referência é mais alargada, recebendo doentes dos concelhos limítrofes do Porto e de toda a zona Norte em geral.

O Centro de Genética Médica Dr. Jacinto Magalhães tem como referência todos os ACeS da Região Norte, excetuando os da área de influência do Hospital de Braga (distritos de Braga e de Viana do Castelo), sendo que no caso dos ACeS da área de referência do Centro Hospitalar S. João referenciam para o CGM em 2ª linha. Em particular na área laboratorial, o Centro de Genética Médica é referência para todo o país e estrangeiro (em menor escala).

Handwritten signature and date: 27



A população coberta pelas unidades do CHP encontra-se no quadro seguinte.

	HSA	CMIN Área Pediátrica *	CCM	CHP
Antiga freguesia de Aldoar	10.550	2.293	5.941	12.843
Antiga freguesia de Alvalade			13.395	24.265
Campanhã			15.555	32.659
Antiga freguesia de Cedofeita	18.297	2.590	11.399	22.077
Antiga freguesia de Foz do Douro	9.197	1.800	5.219	10.997
Antiga freguesia de Lardosa do Douro	18.246	4.024	10.349	22.270
Antiga freguesia de Massarelos	5.863	926	3.386	6.789
Antiga freguesia de Miraflores	1.805	342	1.036	2.067
Antiga freguesia de Navais	4.068	960	2.310	5.018
Antiga freguesia de Paranhos			24.297	44.295
Ramalde	31.267	6.746	17.975	38.012
Antiga freguesia de São Nicolau	1.618	288	951	1.906
Antiga freguesia de São Vicente	1.667	234	987	1.901
Porto Cidade	112.498	21.871	118.874	237.691
Marco de Canaveses	41.379	12.071	22.701	53.460
Matosinhos	16.625	5.997	9.177	20.622
Amarante	44.866	11.398	24.804	56.264
Gondomar	136.930	32.097	74.493	168.027
Matosinhos			20.025	47.387
Maria			59.296	135.306
Matosinhos			79.521	176.478
Pagos de Ferreira			23.186	56.340
Matosinhos			35.370	86.854
Penafiel			30.842	72.265
Matosinhos			28.342	63.403
Santo Tirso			32.326	71.530
Matosinhos			17.130	38.999
Valongo			41.280	93.858
Matosinhos			34.709	79.633
Vila Nova de Gaia			134.976	302.295
Matosinhos			35.897	76.197
Vila do Castelo (distrito)			114.589	114.589
Matosinhos	117.019	19.233	59.344	136.262
Vila Real (distrito)	173.303	33.358	95.105	206.661
Matosinhos	16.593			20.427
Resende	9.195			11.364
Matosinhos	8.320	1.090		6.350
São João da Pesqueira	6.603	1.371		7.874
Matosinhos	5.034	1.059		6.097
Trofa	6.463	1.686		8.048
Matosinhos	2.493	499		2.992
Lamego (distrito)	10.982	4.727		26.691
Matosinhos	22.850			22.380
Aldoar				11.942
Matosinhos				5790
Celorico de Basto				20.098
Matosinhos				21.243
Mesão Frio				4.433
Matosinhos				10.212
Montalegre				10.637
Matosinhos				5.952
Pesoa da Rêgua				17.131
Matosinhos				5.544
Sabrosa				6.361
Matosinhos				7.365
Sernacelhe				6.671
Matosinhos				15.582
Vila Nova de Foz Côa				7.312
Matosinhos				13.187
Vila Real				51.850
Matosinhos				22.389
Oliveira do Azeméis				68.611
Matosinhos				139.317
São João da Madeira				21.713
Matosinhos				22.854
Esparinho				31.786
Matosinhos				15.733
Total	729.603	144.260	1.447.968	2.609.268
				3.317.773

1) População feminina 2) População com idade < 10 anos 3) HSA metade da população do concelho

Fonte: INE, Censos 2011

Área de Influência

Área de Referência

For / 9

De seguida, socorrendo-nos da informação constante dos Perfis Locais de Saúde 2016, proceder-se-á a uma caracterização sucinta da população das áreas de influência e referência do CHP.

	Indicador	Sexo	Período	Unidade	Continente	ARS Norte	ACeS Porto	ACeS Gondomar
QUEM SOMOS	População residente	HM	2016	Nº	9.839.140	3.696.986	214.679	166.338
	População residente em idade ativa (15-64 anos)	HM	2016	Nº	4.485.5	1.694.3	222.6	128.6
	Taxa bruta de natalidade	HM	2016	‰	8,2	7,5	9,0	7,8
	População residente em idade dependente (0-14 anos)	HM	2016	Nº	1.31	1.17	54,9	1.23
	Esperança de vida à nascença	H	13-15	Nº	78,1	78,3	78,9	78,1
COMO VIVEMOS		M			84,3	84,5	84,6	84,3
	Desempregados inscritos no IEFP por 1000 habitantes em idade ativa (15-64 anos)	H	Dez/16	‰	62,9	74,7	112,8	92,6
	População residente em situação de pobreza (último ano)	M		‰	60,6	73,8	90,4	89,0
	Taxa de criminalidade	HM	2016	‰	22,9	23,6	23,0	28,8
	População residente em situação de pobreza (último ano)	HM	2016	‰	33,4	30,3	74,8	26,6
QUE ESCOLHAS FAZEMOS	População servida por sistemas públicos de abastecimento de água	HM	2009	‰	18,8	18,7	15,7	16,8
					96,2	91,6	100	100
	Nascimentos em mulheres com idade < 20 anos	M	13-15	‰	2,9	2,4	3,4	3,0
	População residente em situação de pobreza (último ano)	M	13-15	‰	1,8	1,8	31,6	24,6
	Proporção de inscritos (0) com diagnóstico ativo (Determinantes de Saúde - registo nos Cuidados de Saúde Primários) (0)		Dez/16		12,9	17,9	16,2	
QUE SAÚDE TEMOS	Excesso de peso (TB3)	HM	Dez/16	‰	6,9	7,0	8,8	
	Adiposidade abdominal (último ano)	HM	Dez/16	‰	1,8	1,8	1,9	
	Crianças com baixo peso à nascença	HM	13-15	‰	8,8	8,6	9,6	9,8
	Taxa bruta de mortalidade	HM	2016	‰	10,8	9,8	13,2	8,2
	Taxa de mortalidade infantil	HM	13-15	‰	2,8	2,7	3,0	3,4
QUE SAÚDE TEMOS	Taxa de mortalidade por doenças infecciosas	HM	13-15	‰	2,0	1,9	2,7	1,8
	Taxa de mortalidade perinatal	HM	13-15	‰	3,6	3,1	3,9	3,7
	Taxa de mortalidade padronizada pela idade (IMR) (último ano)							
	Tumor maligno da traqueia, brônquios e pulmões	H	12-14	/100000 hab	60,6	64,3	76,9	84,6
	Tumor maligno da traqueia, brônquios e pulmões	M			9,4	9,2	16,6	11,3
QUE SAÚDE TEMOS	Tumor maligno da mama (feminina)	H	12-14	/100000 hab	17,6	22,3	18,1	22,2
	Tumor maligno da mama (feminina)	M			7,6	10,0	7,4	8,6
	Tumor maligno da mama (feminina)	M	12-14	/100000 hab	17,7	16,2	16,4	19,6
	Tumor maligno da mama (feminina)	H			16,3	13,6	14,1	16,2
	Tumor maligno da mama (feminina)	M	12-14	/100000 hab	8,7	7,8	8,3	7,8
QUE SAÚDE TEMOS	Doença isquémica do coração	H			36,8	30,3	36,1	32,0
	Doença isquémica do coração	M	12-14	/100000 hab	10,0	7,7	10,9	10,6
	Doença isquémica do coração	H			32,9	32,6	31,2	28,0
	Doença isquémica do coração	M	12-14	/100000 hab	16,8	17,6	20,1	17,7
	Pneumonia	H			11,4	9,0	10,0	8,4
QUE SAÚDE TEMOS	Pneumonia	M	12-14	/100000 hab	4,3	4,1	5,0	2,6
	Doença isquémica do coração	H			17,1	16,9	18,3	14,6
	Doença isquémica do coração	M	12-14	/100000 hab	9,7	4,9	9,7	9,6
	Acidentes de transporte	H			10,8	8,6	6,7	8,9
	Acidentes de transporte	M	12-14	/100000 hab	2,3	2,2	1,7	1,6
QUE SAÚDE TEMOS	Acidentes de transporte	H			13,7	9,8	11,9	9,6
	Acidentes de transporte	M	12-14	/100000 hab	3,8	3,9	6,6	2,1
	Proporção de inscritos (0) com diagnóstico ativo (Mortalidade - registo nos Cuidados de Saúde Primários)							
	Hipertensão (KB6 ou KB7)	HM	Dez/16	‰	21,1	19,8	22,0	
	Alteração no ritmo cardíaco (último ano)	HM	Dez/16	‰	21,6	18,7	22,3	
QUE SAÚDE TEMOS	Perturbações depressivas (IP76)	HM	Dez/16	‰	10,1	10,7	12,6	
	Diabetes (TB2 ou TB3)	HM	Dez/16	‰	7,7	7,0	8,3	
	Obesidade (TB2)	HM	Dez/16	‰	8,5	7,5	11,1	
	Taxa de incidência de infeção VIH	HM	2016	/100000 hab	2,3	1,2	3,7	1,8
	Taxa de incidência de infeção VIH	HM	2016	/100000 hab	9,7	6,6	18	4,2
QUE SAÚDE TEMOS	Taxa de incidência de infeção VIH	HM	2016	/100000 hab	18,6	22,8	33,2	34,8

HM - Homens e Mulheres; H - Homens; M - Mulheres; NA - Não aplicável.

* Devido a problemas metodológicos relacionados com a garantia do Segredo Estatístico, não foi possível ao Instituto Nacional de Estatística, ao abrigo do protocolo celebrado com as cinco Administrações Regionais de Saúde, IP (ARS), em 16 de Novembro de 2012, disponibilizar os dados de mortalidade para todas as causas. Face a este constrangimento, a análise realizada contempla apenas, para cada causa de morte, os ACeS/ULS em que a informação foi disponibilizada.

Fonte: Perfis de Saúde 2016 Região Norte - ACeS Porto e ACeS Gondomar.



A Região Norte é a mais populosa, representando aproximadamente 37% da população residente do Continente. O Grande Porto é a unidade territorial do Norte com mais população (sensivelmente 35% da região). Nos últimos censos (2001 e 2011) a população do ACeS Porto decresceu 9,7%, enquanto que a população do ACeS Gondomar aumentou 2,4%, em linha com a Região Norte e o Continente, cuja população cresceu, respetivamente, 0,1% e 1,8%.

A esperança de vida à nascença tem aumentado em ambos os sexos, tanto no ACeS Porto como no ACeS Gondomar, ainda que no caso do ACeS Porto apresenta valores inferiores aos das Região Norte e do Continente. Destaque-se o Índice de envelhecimento no ACeS Porto (222,6), muito superior ao verificado no ACeS Gondomar, bem como em toda a Região Norte e no Continente.

A taxa de natalidade tem demonstrado uma tendência crescente em ambos os ACeS, apresentando no último ano analisado, valores superiores aos da Região Norte.

O número de desempregados inscritos no IEFEP diminuiu em 2015, contrariando a evolução crescente registada desde o segundo semestre de 2008.

Nos últimos censos (2001 e 2011) o nível de escolaridade da população melhorou, sendo superior ao da Região Norte e do Continente. A taxa de analfabetismo é inferior à média regional e à do Continente.

A taxa de criminalidade mostra uma tendência decrescente no ACeS Gondomar, sendo que no ACeS Porto tem-se mantido acima da Região Norte e do Continente.

As infra-estruturas ambientais no que respeita sistemas públicos de abastecimento de água, nos ACeS Porto e Gondomar, abrangem toda a população e apresentam valores acima da média da Região Norte e do Continente.

A proporção de nascimentos em mulheres com idade inferior a 20 anos (3,4% no ACeS Porto e 3,0% no ACeS Gondomar) tem diminuído, no entanto, assumindo um valor superior ao da Região Norte (2,4%) e do Continente (2,9%). Já a proporção de nascimentos em mulheres com idade superior a 35 anos segue tendência inversa, com valores superiores aos da Região e do Continente no caso do ACeS Porto e inferiores no ACeS Gondomar.

Nos determinantes da saúde destaca-se a proporção de inscritos nos Cuidados de Saúde Primários com diagnóstico ativo por abuso do tabaco, seguido pelo excesso de peso e abuso crónico do álcool, apresentando valores superiores aos da Região, em todos os indicadores.



A proporção de nascimentos pré-termo, no triénio 2013-2015 de 7,8% no ACeS Porto, apresentou valores semelhantes aos da Região Norte 7,6% e do Continente 7,9%, no entanto no ACeS de Gondomar apresenta valores superiores (8,4%). A proporção de crianças com baixo peso à nascença tem aumentado, registando valores superiores aos da Região 8,6% e do Continente 8,8%.

A mortalidade infantil nos ACeS do Porto e Gondomar tem apresentado tendência decrescente, embora com valores superiores aos da Região Norte e do Continente.

No triénio de 2012-2014, as principais causas de morte prematura dos ACeS Porto e Gondomar, no sexo masculino, por ordem decrescente: tumor maligno laringe, traqueia, brônquios e pulmões; as doenças isquémicas do coração e doenças cerebrovasculares. No sexo feminino, surgem como principais causas as doenças cerebrovasculares, o tumor maligno laringe, traqueia, brônquios e pulmões e o tumor maligno da mama.

No que diz respeito à morbilidade nos Cuidados de Saúde Primários (CSP), medida pela proporção de inscritos com diagnóstico ativo de ICPC-2, as causas de doença mais registadas são a hipertensão arterial, as alterações do metabolismo dos lípidos, as perturbações depressivas, a obesidade e a diabetes mellitus. A taxa de incidência da infeção VIH apresenta, em 2015, um valor superior ao da Região Norte e ao do Continente, no ACeS Porto e inferior no ACeS Gondomar. A taxa de incidência de tuberculose é superior à observada na Região Norte e ao do Continente em ambos os ACeS.

ESPECIALIDADES/VALÊNCIAS DO CH.PORTO

O CHP é oficialmente reconhecido, pelo Ministério da Saúde, como Centro de Referência Nacional em 16 áreas de Intervenção Prioritária:

[Handwritten signature]

Área	Legislação
Epilepsia Refratária	Despacho n.º 11297/2015 de 8 de Outubro
Paramiloidose Familiar	
Transplante do Pâncreas	
Transplante Hepático	
Doenças Hereditárias do Metabolismo	Despacho n.º 3653/2016 de 11 de Março
Oncologia Adultos - Cancro do Testículo*	
Oncologia Adultos - Sarcomas das Partes Moles e Osseas	
Oncologia Adultos - Cancro do Reto	
Oncologia Adultos - Cancro Hepatobiliar-Pancreático	Despacho n.º 9414/2016 de 22 de Julho
Transplantação Renal Pediátrica	
Transplante Rím - Adultos	Despacho n.º 6669/2017 de 8 de fevereiro
Oncologia Adultos - Cancro do Esófago	
Fibrose quística	
Neurorradiologia de intervenção na doença cerebrovascular	
Coagulopatias congénitas	
Implantes cocleares**	

* Colaboração interinstitucional com o Instituto Português de Oncologia do Porto, Francisco Gentil, E. P. E.

** Conjuntamente com o Centro Hospitalar Universitário de Coimbra, E.P.E.

O Grupo de Trabalho constituído por Despacho n.º 4319/2013, de 25 de março, define Centros de Referência como “unidades prestadoras de cuidados de saúde reconhecidas como o expoente mais elevado de competências na prestação de cuidados de saúde de elevada qualidade em situações clínicas que exigem uma concentração de recursos técnicos e tecnológicos altamente diferenciados, de conhecimento e experiência, devido à baixa prevalência da doença, à complexidade no seu diagnóstico ou tratamento e/ou aos custos elevados da mesma, sendo capaz de conduzir formação pós-graduada e investigação científica nas respetivas áreas médicas.”

Existem no país 119 Centros de Referência oficialmente reconhecidos que se distribuem conforme o gráfico seguinte:

Centros de Referência Nacionais	
C.H.U. Coimbra, EPE	18
C.H.L. Norte, EPE	17
C.H. Porto, EPE	16
C.H. Central, EPE	15
C.H. São João, EPE	13
C.H.L. Ocidental, EPE	8
IPO Porto, EPE	6
IPO Lisboa, EPE	5
C.H.V.N. Gaia/Espinho, EPE	4
H. Beatriz Ângelo - Loures	2
H. Prof. Doutor Fernando Fonseca, EPE	2
C.I. de Hospitais CUF Lisboa	2
H. da Luz, SA	2
H.N.S.O. Guimarães	1
C.H. Leiria	1
C.H. Entre o Douro e Vouga, EPE	1
H. Santarém, EPE	1
H. Garcia da Horta	1
IPO Coimbra, EPE	1
H. Cruz Vermelha Portuguesa	1
C.H. Algarve, EPE	1
H. Braga	1

O CHP foi incluído em seis Redes de Referência Europeia:

Redes de Referência Europeia
ERN for Hereditary Metabolic Diseases - MetabERN
ERN on transplantation in children - ERN TRANSPLANT-CHILD
ERN on respiratory diseases - ERN LUNG
ERN on epilepsies - EpiCARE
ERN on adult cancers (solid tumours) - ERN EURACAN
ERN on haematological diseases - EuroBloodNet

O Centro Hospitalar do Porto desenvolve a sua atividade nas variadíssimas valências, repartidas pelas linhas de atividade principais, conforme os quadros seguintes:

Na Unidade Hospital de Santo António

Especialidades/Valências	Internamento	Cir. Ambulatório 3)	Hospital Dia	Cons. Externa	Urgência*	Serv. Domiciliário
Anestesiologia				●	●	
Área de Decisão Clínica	●					
Cardiologia	●		●	●	●	
Cirurgia Geral	●	●		●	●	
Cirurgia Plástica		●		●		
Cirurgia Pediátrica		●				
Cirurgia Vascular	●	●	●	●	●	
Cuidados Intensivos	●			●	●	
Cuidados Intens. Poliv. 2 UCIP	●			●	●	
Dermatologia	●	●	●	●		
Doenças Respiratórias				●		
Doenças Autoimunes				●		
Dor				●		
Endocrinologia	●		●	●		
Endocrinologia - Pé Diabético				●		
Estomatologia				●		
Estomatologia/Cir. Max. - Facial	●	●		●	a)	
Fisioterapia	●		●	●		
Gastroenterologia	●		●	●	●	
Ginecologia			●	●		
Hematologia			●			
Hematologia Clínica	●			●	●	
Imunoalergologia				●		
Imunohematologia				●		
Imunologia Clínica				●		
Infectologia	●		●	1)		●
Medicina Familiar e S. Ocupacional				●		
Medicina Interna	●		●	●	●	
Nefrologia	●	●	●	●	●	
D.PCA				●		
Transplantes Renais				●		
Neurocirurgia	●	●		●	●	
T.C.E.	●					
Neurologia	●		●	●	●	
Nutrição				●		
Oftalmologia	●	●		●	b)	
Oncologia Médica	●		●	●		
ORL	●	●	●	●	c)	
Ortopedia	●	●	●	●	●	
Pneumologia	●		●	2)		
Psicologia				●		
Psiquiatria				●		●
Sono				●		
Urologia	●	●	●	●	d)	
UCI Coronários	●					
Tratamento Cirúrgico Obesidade	●			●	●	
Un. Cuidados Intermedios MedicoCirurgica	●			●		
Paramiloidose			●	●		
Unidade Transplante Hepático- Pancreático	●			●	●	
Consultas de Grupo*				●	●	

* Informação das Equipas da Urgência Clínica Geral das 08h30 às 24h; Neurologia e Patologia Clínica 24h; Radiologia das 8h30 às 24 horas (nos dias úteis); das 13h à 1h ao sábado e das 13h às 20h ao Domingo; a) 24h prevenção; b) Dos dias 10 ao dia 31 das 08h30 às 20h; do dia 1 a 15 de cada mês cada mês 24h (Concentração regional de recursos); c) Das 08h30 às 20h30 horas.

**Referem-se às seguintes consultas de grupo: Grupo de Raynaud; Grupo Educação DM2; Grupo Hematologia; Grupo Medicina Sexual; Grupo ORL; Grupo Patologia Mamária; Grupo Urologia; Desabilitação Tabágica; Hematologia Grupo Linfomas Cutâneos; Oncologia Grupo Não Digestivo; Oncologia Grupo Digestivo; Endocrinologia Grupo Cancro Tireoide; Endocrinologia Grupo Hipofise; Endocrinologia Grupo Tireoide; Multidisciplinar de tratamento do diabetes tipo 1 por bombas; Multidisciplinar obesidade; Grupo Imunologia Clínica/Doenças Autoimunes; Grupo Imunologia Clínica/Imunodeficiência).

1) Infectologia Geral; Consulta do Viajante; Antirrábico; Hepatite C; Hepatite D; SAP.

2) Pneumologia Geral; Reabilitação Respiratória; Anti-Tabágica; SAP.

3) As Cirurgias de Ambulatório nas várias valências do CMIN e do HSA são realizadas no Centro Integrado do Cirurgia de Ambulatório. As Consultas Pediátricas de ORL, Oftalmologia, Ortopedia, Dermatologia e Estomatologia são realizadas no HSA.

No Centro Materno-Infantil do Norte

1. Área Ginecologia/Obstetrícia

Handwritten signature and initials

Especialidades/Valências	Internamento	Cir. Ambulatório	Cons. Externa	Urgência
Alto Risco			●	
Anestesiologia			●	
Diagnóstico PreNatal			●	
Espaço Jovem			●	
Ginecologia	●	●	●	●
Genética Pré-Natal			●	
Mama	●		●	
Ginecologia Oncológica	●		●	
Medicina de Reprodução		●	●	
Gestetária	●	●	●	●
Patologia Colo			●	
Planeamento Familiar			●	
Menopausa			●	
Psicologia			●	
Uro-Ginecologia	●		●	

Notas:

a) Cirurgia do Ambulatório no âmbito da Interrupção Grávida por Opção

A Cirurgias de Ambulatório nas várias valências do CMIN são realizadas no Centro de Cirurgia de Ambulatório.

2. Área Pediátrica

Especialidades/Valências	Internamento	Cir. Ambulatório	Hospital Dia	Cons. Extrema
Anestesiologia				●
Atendimento Pediátrico Referenciado				●
Cardiologia Pediátrica				●
Cirurgia Pediátrica	●		●	●
Cirurgia Plástica Pediátrica	●			●
Endocrinologia Pediátrica			●	●
Med. Física de Reab. Pediátrica				●
Gastroenterologia Pediátrica - a)	●		●	●
Genética Médica		●	●	
Hematologia Pediátrica	●		●	●
Infecção/Imunodeficiência			●	●
Imunopatologia Pediátrica			●	●
Nefrologia Pediátrica - b)	●		●	●
Neurocirurgia Pediátrica	●		●	
Neurologia Pediátrica - c)	●			●
Nutrição				●
Oftalmologia Ped	●			
ORL - Pediátrica	●			
Ortopedia Pediátrica	●			
Pediatria Médica - d)	●		●	●
Pedopsiquiatria - e)	●		●	●
Pedopsiquiatria de Ligação				●
Psicologia				●
Cuidados Intensivos Pediátricos	●			●
Neonatologia - Cuidados Normais	●			
Neonatologia - UCI	●			
Neonatologia				●
Urologia Pediátrica	●			●

a) Obesidade Mórbida;

b) Diálise peritoneal; Hemodiálise; Transplante Renal; Espinha bífida;

c) Epilepsia; Cefaleia; Doenças Neuromusculares; Doenças do Movimento;

d) Desenvolvimento; Doenças metabólicas; Doenças Neuromusculares; Pneumologia; Imunologia; Genética; Fibrose Quística;

e) A atividade fisicamente no Hospital Magalhães Lemos;

A Cirurgias de Ambulatório das várias valências Cirurgias Pediátricas do CMIN são realizadas no Centro Integrado de Cirurgia de Ambulatório.



3. POSICIONAMENTO ESTRATÉGICO

Missão

O CHP é um hospital central e universitário pela sua associação ao Instituto de Ciências Biomédicas Abel Salazar da Universidade do Porto, que visa a excelência em todas as suas atividades numa perspetiva global e integrada da saúde.

Tem por missão a prestação de cuidados de saúde humanizados, competitivos e de referência, promovendo a articulação com os outros parceiros do sistema, a valorização do ensino pré e pós-graduado e da formação profissional, a dinamização e incentivo à investigação e, desenvolvimento científico na área da saúde.

Visão

Melhor Hospital para CUIDAR E TRATAR doentes, melhor LOCAL PARA TRABALHAR, destacando-se pelas BOAS PRÁTICAS CLÍNICAS E DE GESTÃO.

Valores

- ✓ Saúde dos doentes e qualidade do serviço;
- ✓ Orgulho e sentimento de pertença;
- ✓ Excelência em todas as atividades, num ambiente que privilegia a qualidade e segurança;
- ✓ Respeito pelas pessoas, trabalho de equipa e colaboração com outros profissionais;
- ✓ Responsabilidade, integridade e ética.

Atribuições

O CHP tem por objetivo principal a prestação de cuidados de saúde a população. O CHP desenvolverá, complementarmente, atividades de investigação, formação e ensino, sendo a sua participação na formação de profissionais de saúde dependente da respetiva capacidade formativa, podendo ser objeto de contratos programa em que se definam as respetivas formas de financiamento.



ANÁLISE DO AMBIENTE INTERNO E EXTERNO (SWOT)

Pontos Fortes	Pontos Fracos
* Qualidade clínica e resultados em saúde; * Imagem e prestígio do CHP; * Competência dos profissionais; * Ensino pré e pós-graduado; * Existência de uma área laboratorial com qualidade e dimensão para dar resposta ao CHP e ao SNS nomeadamente aso cuidados de saúde primários * Unidades de referência: Transplantes, Neurociências, Medicina Intensiva, Ortopedia, Ambulatorização da atividade cirúrgica, Auto-Imunes, Pé-diabético, Cardiologia de Intervenção, Neonatologia, Nefro- Urologia pediátrica, cirurgia minimamente invasiva; * Um dos hospitais com maior numero de Centros de Excelência	* Insustentabilidade económica e financeira; * Inexistência de um processo de acreditação global para o CHP; * Inexistência de resposta adequada: Radioterapia, Oncologia, Cir. Cardioriorácica, MCD (gastroenterologia, Imagiologia);

Handwritten signature

Oportunidades	Ameaças
* Possibilidade de Criação de novos Centros de Excelência; * Captar e reter os melhores profissionais; * Replicar boas práticas e inovações; * Redefinição de redes de referência (Materno infantil);	* Modelo de Financiamento hospitalar origina subfinanciamento; * Política de definição de taxas moderadoras; * Regulamento de transportes de doentes; * Definição de regras centrais relativas à compra de medicamentos e Material de consumo clínico; * Política de Recursos Humanos (sem incentivos, limites à contratação); * Saída de bons profissionais; * Ausência de política de Investimento no SNS; * Dificuldade na transferência para a RNCC;

4. DESEMPENHO ECONÓMICO-FINANCEIRO EM 2017

DESEMPENHO ECONÓMICO E EXECUÇÃO ORÇAMENTAL

	Realizado 2015	Realizado 2016	Realizado 2017	Variação 17/16	Em Euros	
					Orçamentado 2017	Desvios Orçamentais
Consumos	113.194.812	119.224.832	130.220.764	9,2%	110.806.014	17,5%
Fornecimentos e Serviços Externos	28.296.549	30.939.421	34.878.112	12,7%	24.656.481	41,5%
Custos C/ Pessoal	121.107.031	131.075.809	138.803.851	5,9%	131.451.532	5,6%
Outros Custos	6.430.599	6.124.496	10.816.986	76,6%	6.333.777	70,8%
Total de Custos	269.028.991	287.364.558	314.719.713	9,5%	273.247.804	15,2%
Prestações de Serviços	249.898.566	257.059.317	259.878.061	1,1%	250.482.088	3,8%
Contrato Programa (SNS)	241.079.528	248.401.096	252.801.716	1,8%	242.526.875	4,2%
Outras Entidades Responsáveis	8.819.038	8.658.221	7.076.345	-18,3%	7.955.212	-11,0%
Outros Proveitos	13.527.896	16.149.807	14.104.267	-12,7%	11.327.242	24,5%
Total de Proveitos	263.426.462	273.209.124	273.982.328	0,3%	261.809.329	4,6%
Resultado Operacional	-5.923.294	-15.354.420	-40.723.166	165,2%	-11.416.744	256,7%
Resultado Líquido Antes de Imposto	-5.602.529	-14.155.434	-40.737.385	187,8%	-11.438.475	256,1%
EBITDA	-363.716	-9.696.762	-30.915.388	218,8%	-5.316.744	481,5%

O exercício de 2017 apresentou um resultado líquido negativo de aproximadamente 41M€, agravado em 26,6M€ face ao resultado obtido em 2016.

O EBTIDA, que ascendeu a cerca de 9,7M€ negativos em 2016, atingiu em 2017 um valor negativo de 30,9M€.

Tais resultados derivam de um crescimento dos custos mais que proporcional ao crescimento dos proveitos.

O total de custos aumentou 9,5%, para o qual contribuiu o aumento de consumos de 9,2%, dos fornecimentos e serviços externos de 12,7%, dos custos com pessoal em 5,9% e os restantes custos aumentam 76,6% (por força do aumento das amortizações do exercício em 1,2M€ e das provisões em 2,9M€).

No que respeita aos consumos, o aumento foi motivado pelos custos incorridos com medicamentos, que cresceram 11,7%, o material de consumo clínico com crescimento de 6,7% (essencialmente por crescimento dos artigos cirúrgicos, osteossíntese e outro material de consumo). As restantes rubricas de consumo, à exceção dos reagentes e material hoteleiro que diminuíram, apresentam aumentos em valor absoluto pouco significativos. Por outro lado, o alargamento do programa de compras centralizadas da SPMS, em particular nos

medicamentos, trouxe ganhos pelo lado da compra, mas levou a uma diminuição em 14M€ no valor das notas de crédito obtidas, contribuindo para o aumento de custos verificado.

Os valores dos consumos face ao orçamento apresentam também um desvio desfavorável de 17,5%.

As rubricas de fornecimentos e serviços externos apresentam no global um aumento de 12,7%, para o qual contribuiu o aumento das rubricas de subcontratos, nomeadamente decorrente da aquisição de meios de terapêutica, mais concretamente os custos com oxigenioterapia de longa duração, alguns meios de diagnóstico, os custos com os cuidados continuados, o transporte de doentes e a produção realizada no exterior no âmbito da atividade adicional-SIGIC (por força de resolução da lista de espera cirúrgica). Também os Fornecimentos e Serviços aumentam maioritariamente por influência do aumento dos custos com Conservação e Reparação e Outros Trabalhos Especializados.

Quando comparado com os valores contratualizados, o desvio no total de fornecimentos e serviços externos é igualmente desfavorável em 41,5%.

Os custos com pessoal aumentam 5,9% em resultado do aumento de custos das remunerações base e subsídio de Férias e Natal em 2,9% (pela reposição salarial e necessidade de recursos humanos), e de 17,4% nos suplementos remuneratórios, em particular dos custos com remunerações adicionais SIGIC pela pressão da resolução, por meios internos, das listas de espera (com diminuição de 20% da lista de inscritos e consequente diminuição do tempo medio dos inscritos cirúrgicos). Em resultado dos crescimentos verificados os encargos com remunerações crescem 5,9%

Quando comparado com os valores do orçamento, esta rubrica regista um aumento de 5,6% (0,3% nos ordenados base e subsídios de férias e natal e 24,6% nos suplementos remuneratórios).

Os restantes custos, no global, aumentam 76,6%, por via das amortizações do exercício (edifício do CMIN) e das provisões (essencialmente, provisões para riscos e encargos com processos judiciais em curso), e 70,8% face ao orçamento.

O valor dos proveitos reflete, neste período, um aumento de 0,3% face ao período homólogo e um aumento de 4,6% face aos valores orçados. Há a salientar o aumento dos proveitos



decorrentes do Contrato Programa, em 1,8%. Refira-se que, os valores aqui registados refletem a faturação da produção do ano 2017, que genericamente foi superior à realizada em 2016, o valor do incentivo em 13,1M€ nos termos informação da ACSS e restantes montantes a regularizar em futura adenda.

Note-se que, no orçamento económico (anexo ao contrato Programa) apenas estava refletido um montante de 248,6M€, relativamente ao total do Contrato Programa negociado.

Por outro lado, os proveitos decorrentes da prestação de serviços a entidades que não as abrangidas pelo Contrato Programa, na qual incluímos as decorrentes das taxas moderadoras cobradas aos utentes, que reduziram em 18,6%, registaram uma diminuição de 18,3% face ao ano anterior e um desvio negativo de 11,8% face ao Orçamento. Estas variações face ao orçamento resultam em parte de constrangimentos de faturação decorrentes do arranque do SIMH e da migração para o SONHO v.2, mas também da expectativa, não concretizada, do aumento de atividade que havia sido prevista realizar ao nível dos meios de diagnóstico e da atividade cirúrgica para outras entidades do SNS.

Os ‘Outros proveitos e ganhos operacionais’ reduzem 11,1%. Destaca-se o decréscimo da assistência médica no estrangeiro (1,25M€).

Os valores registados nas rubricas 761 - outras prestações de serviços refletem o proveito relativo à nova terapêutica para a Hepatite C (4,5M€ - superior em 1,2M€ ao verificado em período homólogo). Também a rubrica 762 – reembolsos regista um decréscimo, em parte, derivado da diminuição de reembolsos de vencimentos de profissionais do CHP noutras instituições e dos reembolsos de medicamentos.

Para os restantes proveitos, refira-se a redução de 0,8M€ nos proveitos extraordinários.

SITUAÇÃO FINANCEIRA

Em 31 de dezembro de 2017, o Centro Hospitalar do Porto apresenta ativos totais de 250.337.910€; passivos totais de 290.920.040€; e, consequentemente, fundos próprios negativos no montante de 40.582.130€.

Durante o exercício de 2017, as contas de balanço registaram variações significativas, conforme se pode constatar através do seguinte quadro:

Rubricas	Em Euros		
	31-12-2017	31-12-2016	Var 16/17
Imobilizado líquido	98.896.602	99.264.980	-0,4%
Ativo circulante	53.542.437	53.694.684	-0,3%
Acréscimos e diferimentos	97.898.871	75.275.977	30,1%
Total Ativo	250.337.910	228.235.641	9,7%
Fundos Próprios	-40.582.130	-12.786.649	-217,4%
Provisões para riscos e encargos	6.354.665	3.039.161	109,1%
Dívidas a terceiros CP	238.100.178	195.557.906	21,8%
Acréscimos e diferimentos	46.465.197	42.425.223	9,5%
Total Passivo	290.920.040	241.022.290	20,7%
Total Fundos Próprios e Passivo	250.337.910	228.235.641	9,7%

A variação de 9,7% ocorrida no ativo total, no valor de 22M€, explica-se essencialmente pelo aumento na rubrica de acréscimos de proveitos decorrente de serviços de saúde prestados e ainda não faturados à ACSS por aguardarem decisão desta entidade quanto ao encerramento dos contratos programa.

No ativo circulante, não obstante a variação global (0,3%) ser irrelevante, merece destaque uma redução nas dívidas das instituições do Ministério da Saúde em cerca de 20M€; e, um aumento de 22M€ em outros devedores, resultante da subscrição de capital estatutário, cuja realização ocorreu em janeiro de 2018.

A variação negativa de 217,4% nos fundos próprios, no montante de 28M€, explica-se por três razões: aumento do capital estatutário de 22M€; nota de crédito emitida à ACSS relativa ao contrato programa de 2013 de 10M€; e, resultado líquido do exercício negativo de 41M€.



O agravamento de 20,7% verificado no passivo, no valor de 50M€, decorre essencialmente do aumento das dívidas a terceiros no montante de 43M€, dos quais se destacam, um agravamento da dívida a fornecedores de 27M€ e um aumento de 15M€ nos adiantamentos recebidos da ACSS relativos a contratos programa ainda não encerrados.

Nos exercícios de 2017 e 2016, os fundos próprios apresentam-se negativos respetivamente nos valores de 41M€ e 13M€, evidenciando a inexistência de autonomia financeira. Não obstante o aumento de capital estatutário de 22M€ ocorrido no final do ano de 2017, o CHP continua a não dispor de fundos próprios adequados ao normal desenvolvimento da sua atividade. Esta situação decorre de um sistemático subfinanciamento traduzido em recorrentes resultados líquidos negativos obtidos.

Como consequência da debilidade financeira apresentada, o prazo médio de pagamento a fornecedores agravou-se neste exercício, tendo passado de 249 dias em 2016 para 293 dias em 2017, não sendo possível, por isso, dar cumprimento à redução deste indicador, conforme estabelecido na Resolução do Conselho de Ministros n.º 34/2008 de 22 de fevereiro.

Neste contexto, cumpre ao Conselho de Administração informar a Tutela, na qualidade de acionista, de que o Centro Hospitalar do Porto se enquadra no âmbito do art.º 35.º do Código das Sociedades Comerciais, por se encontrar numa situação em que mais de metade do seu capital estatutário se encontra perdido, e solicitar que sejam tomadas as medidas julgadas convenientes de entre as previstas no ponto 3 do artigo supra referido.

5. ACTIVIDADES PREVISTAS E RECURSOS

5.1. DESENVOLVIMENTO ESTRATÉGICO

OBJETIVOS E LINHAS ESTRATÉGICAS

Com a finalização da construção do Centro Materno-Infantil do Norte (CMIN) concluiu-se em larga medida o período de fusão de diversas instituições seculares da cidade do Porto, permitindo significativos ganhos na qualidade dos cuidados de saúde prestados. Refira-se o maior conforto para os utentes, mas também ganhos tecnológicos com repercussão direta na assistência.

Com uma área de referenciação direta, relativamente modesta, de 260.000 habitantes o Centro Hospitalar do Porto (CHP) tem necessariamente de manter o investimento na diferenciação e investigação para maximizar a sua atratividade, aproveitando a “janela” de oportunidade que é a aplicação efetiva da livre escolha por parte dos utentes. Naturalmente que este fator pressionará a capacidade de resposta e consequentemente os tempos médios de espera. O trabalho de reorganização está em curso na abordagem da Lista de Inscritos Cirúrgicos e haverá necessidade de readaptar o ambulatório a esta nova realidade.

A lógica do livre acesso é um incentivo à manutenção de um forte investimento na área materna pelas características únicas do CMIN, tanto ao nível de instalações como pela sua elevada diferenciação, o que nos deve motivar a que esta unidade se torne na maior maternidade nacional associada a maior complexidade em patologia do recém-nascido.

O Centro Clínico e Académico (CCA) é uma oportunidade para aprofundar a nossa ligação à Universidade, a que em breve se juntará a mudança de designação para Centro Hospitalar e Universitário do Porto, o que potenciará a afirmação do “branding” do centro hospitalar na vertente clínica, de investigação e como estabelecimento com ensino universitário.

A Qualidade e Segurança são dois vetores nucleares no desenvolvimento de qualquer organização moderna e particularmente no setor da saúde, pelo que o CHP deverá manter um forte investimento neste domínio.



LINHAS ESTRATÉGICAS DE DESENVOLVIMENTO

1. Reforma Hospitalar

| Melhoramento da área de internamento polivalente de adultos, que se destina a dar resposta aos ciclos de maior procura no inverno ou de recuperação de LIC.

| Ajustamento dos recursos humanos – o Centro Hospitalar do Porto (CHP) reduziu em 10% o pessoal entre 2008 e 2014, redução esta que manteve até 2017. Os pressupostos de qualidade de uma medicina moderna inevitavelmente pressionaram no sentido da inversão da “curva” de decréscimo de RH da última década, contudo não poderemos perder o sentido de uma gestão eficiente e racional dos recursos.

| Manutenção de uma forte aposta nos Sistemas de Informação.

| Qualidade – Acreditação do Centro Materno-Infantil (CMIN) continuando o processo iniciado em 2016.

| Modelo de Governação – criação de Unidades Autónomas de Gestão, algumas das quais englobarão alguns dos atuais departamentos.

2. Integração com a Medicina Geral e Familiar

| Reforço das ligações clínicas com os cuidados primários privilegiando a consultadoria, tanto localmente como por via da telemedicina.

| Internalização no CHP da maioria das análises clínicas dos ACeS da nossa área.

| Criação de um Centro Integrado de Diagnóstico e Tratamento (CIDT) que permita dar resposta a MCDT solicitados pelos cuidados primários, nomeadamente da Cardiologia, Gastrenterologia e Imagem.

| Criação de equipas de Gestão da Doença Crónica em colaboração com os ACeS.



3. Definir novas áreas de negócio

- | Criação de um CIDT.
- | Estabelecer parceria com prestador privado na área da Radioterapia de forma a retermos os doentes que necessitam desta técnica.
- | Criação de um Serviço de Saúde Mental, dando desenvolvimento à unidade de Psiquiatria de Ligação e reforçando os laços com a vertente comunitária da Psiquiatria.
- | Criação de uma Unidade de Internacionalização da atividade clínica particularmente a cirúrgica.

4. Desenvolvimento da Qualidade Assistencial

- | Estender a Acreditação a todo o CHP.
- | Monitorizar continuamente um conjunto de indicadores de qualidade.
- | Reforçar a Ambulatorização de cuidados.
- | Encerramento do circuito do medicamento.
- | Modernizar e informatização completa dos circuitos de aprovisionamento e logística.

5. Reforço do Ensino, Formação e Investigação

- | No âmbito do CCA manter o desígnio da criação de um centro de cirurgia experimental que permita o treino e desenvolvimento cirurgia de elevada complexidade.
- | Expansão do atual centro de simulação biomédico em parceria com o ICBAS.
- | Integração das áreas da formação e investigação no CCA.

6. Sustentabilidade Económica e Financeira

- | Encerramento das instalações do Centro de Genética Jacinto de Magalhães e integração destes laboratórios em área de proximidade aos restantes laboratórios do CHP.
- | Concentração de toda a área Laboratorial.
- | Venda dos terrenos do HJU e do edifício do Centro de Genética Jacinto de Magalhães.



- | Garantir o reaproveitamento e esterilização de todo o material descartável passível de o fazer garantindo a redução de custos.
- | Aprofundar as medidas de racionalização do consumo de fármacos, dispositivos médicos e de MCDT, criação de uma Comissão de Avaliação de Tecnologias da Saúde – Dispositivos Médicos com regras e objetivos similares às da CFT.
- | Criação de uma Unidade que integre a EGA e a gestão de Camas.
- | Criar um Quadro de Pessoal e otimizar a gestão do mesmo.
- | Encerramento do circuito do medicamento.
- | Modernizar e informatização completa dos circuitos de aprovisionamento e logística.

7. Preparar o Futuro

- | Reabilitação da Ala Norte do Edifício Neoclássico.
- | Construir um novo edifício no ex-CICAP destinado ao CCA, centro de simulação e concentração de todo o ambulatório num único local.
- | Construir um parque de estacionamento com 400 lugares junto ao novo edifício de consultas.
- | Modernização do Serviço de Urgência.
- | Criação de uma Unidade para doentes Neuro-críticos.
- | Criação de uma unidade de Cirurgia Robótica.
- | Criar um Serviço de Radioterapia em parceria com um prestador privado no novo edifício de consultas.

5.2. ACTIVIDADE PARA 2018

EVOLUÇÃO OPERACIONAL PARA 2018

O Centro Hospitalar do Porto, enquanto entidade abrangida pelo perímetro do Orçamento de Estado desde o ano 2015, elaborou o seu Orçamento em Agosto de 2017 nos termos das orientações da Circular nº 1387 da Direção Geral do Orçamento de 03 de Agosto, bem como através do Ofício Circular nº 7962/2017/DFI/UOC/ACSS recebido a 07 de Agosto de 2017 e do Despacho nº 111/2017 de 27 Julho do Secretário de Estado da Saúde, onde foi



estabelecido o plafond do CHP a receber como forma de adiantamento do Contrato Programa de 2018, bem como outros pressupostos orçamentais transmitidos e tidos em conta na elaboração do Orçamento de 2018.

À data da elaboração do presente relatório, o Conselho de Administração assinou o Contrato Programa para 2018 estando apenas a aguardar a sua homologação por parte da Tutela.

A ACSS publicou e divulgou, em Novembro de 2017, o referencial da contratualização de 2018. Foram entretanto definidas as metas nas várias vertentes em sede de contratualização interna com os Serviços/Departamentos, de modo a assegurar a concretização do referido Contrato, bem como prosseguir numa trajetória de sustentabilidade, não descurando os padrões de garantia da qualidade assistencial e de acesso, de modo a responder às necessidades de cuidados de saúde dos Cidadãos.

Assim, foram definidos através dos indicadores da contratualização interna, os principais objetivos:

- | Aumentos de produção necessários ao cumprimento rigoroso dos novos TMRG (consulta, cirurgia e MCDT);
- | Redução da demora média (indicador de qualidade e otimização de capacidade), rentabilizando o internamento e refinando as indicações para esta modalidade assistencial;
- | Reforço da taxa de ambulatorização;
- | Otimização de consumos e subcontratos, técnica e cientificamente validada: Alterações de terapêuticas (medicamentos ou de dispositivos); Diminuição de requisição de MCDT ao exterior e otimização dos pedidos internos, através de protocolos; Gestão rigorosa da LIC, com emissão de vales para a rede inferior ao ano anterior;
- | Diminuição ou racionalização de horas extraordinárias e outro trabalho suplementar;
- | Qualidade clínica: Melhoria dos valores dos indicadores obtidos no biénio 2016 /2017;
- | Captação de inscritos para cirurgia de outras instituições pelo SIGLIC;
- | Internalização de MCDT no SNS, satisfazendo a procura de ACeS e outros hospitais SNS, na medida da capacidade produtiva do CHP.

Genericamente a contratualização interna assentou num pressuposto de evolução positiva face ao melhor dos valores registados no biénio 2016-2017 (por cada serviço) e em linha com as diretrizes que vinham sendo estabelecidas internamente em anos anteriores.



Há a destacar, no Contrato Programa de 2018, o seguinte:

- | Atualização de regras e/ou preços de pagamento em determinadas áreas, especialmente nas doenças lisossomais de sobrecarga e no tratamento em ambulatório de pessoas a viver com infeção HIV Sida;
- | A introdução de novas modalidades de pagamento, em particular os programas de rastreio de base populacional, o tratamento da infeção pelo vírus Hepatite C e a disponibilização de ajudas técnicas no âmbito do Sistema de Atribuição de Produtos de Apoio, que passam a integrar o Contrato-Programa;
- | Continuidade da majoração da atividade, na consulta e internamento, em 10% e 5% respetivamente para a atividade dos CRe (e que não a abrangida por programas anteriores);
- | Majoração em 10% das consultas hospitalares descentralizadas (psiquiatria, pediatria, cardiologia, oftalmologia, obstetrícia, MFR);

Além dos Incentivos Institucionais, está ainda prevista a atribuição de Incentivos de Benchmarking, em que o pagamento dos incentivos aos hospitais melhor posicionados será efetuado pelos restantes hospitais do grupo, valorizando a comparação e competição positiva entre instituições.

Há ainda a realçar que, em 2018 mantem-se a versão do Agrupador All Patient DRG (APR31), que entrou em vigor em 2015, que tem em consideração as diferenças existentes nos doentes quanto aos níveis de severidade da doença e ao risco de mortalidade. Apesar deste novo agrupador considerar estes dois itens, o peso relativo de cada GDH considera apenas a severidade, daí que este item tem impacto no cálculo do ICM, sendo as instituições diferenciadas em maior detalhe mediante o nível de severidade com que o doente for classificado. O ICM a aplicar em 2018 foi calculado com base na produção de 2015. Assim em 2018 o preço do internamento ajustado ao ICM, bem como o preço de ambulatório cirúrgico mantem-se igual ao do Contrato Programa de 2017. Os preços das restantes linhas de atividade mantêm-se para 2018, à exceção do preço do programa de tratamento HIV que diminui 35%, iguais aos do Contrato Programa de 2017.



O CHP manterá os programas de financiamento por patologia para a esclerose múltipla, hipertensão pulmonar, HIV, programa de tratamento de doentes com Polineuropatia Amiloidótica Familiar em estágio I, sendo neste último um dos dois centros a nível nacional. Continuam a figurar no Contrato Programa as linhas de financiamento para a Procriação Medicamente Assistida, bem como para as doenças lisossomais de sobrecarga. Todos os preços, à exceção do preço do HIV que diminui e do preço dos gametas femininos que aumenta, nos programas de saúde referenciados mantêm-se inalterados. Refira-se ainda que nas doenças lisossomais a remuneração de cada CRe terá dois preços por patologia: Um preço para os doentes seguidos diretamente pelo CRe e outro preço para os doentes seguidos em CTP mas na esfera de responsabilidade do CRe.

Está ainda previsto, e à semelhança do que já ocorre desde 2014 um financiamento relativo à investigação e desenvolvimento (I&D), mantendo-se este valor para distribuição nacional igual ao de 2015, 2016 e 2017.

Mantêm-se genericamente as penalizações associadas ao Contrato Programa, tais como: cumprimento dos programas de promoção e adequação do acesso; reporte e publicação de informação; registo, consulta, partilha de informação e desmaterialização dos processos, nomeadamente a disponibilização e consultas de dados na Plataforma de Dados da Saúde (PDS), as receitas sem papel e registo de utilização da “lista de verificação de atividade cirúrgica” e ainda a cobrança efetiva de receita e desvios ao nível dos resultados financeiros.

De seguida, apresentam-se genericamente as projeções da atividade registadas no Contrato Programa de 2018.



Linha de Produção	Unidade de medida	Quantidade	
		Total	SNS
Internamento (inclui Berçário)	nº de doentes saídos	35.206	34.550
Consulta externa (consultas médicas)	nº de consultas	685.719	657.041
Hospital de Dia (sem gerar GDH, exclui Infecçciologia e Fisiatria)	nº de sessões	25.314	25.149
Cirurgia de Ambulatório	nº de GDH cirúrgicos	15.408	15.290
Ambulatório Médico	nº de GDH médicos	11.857	11.808
Urgência (sem internamento)	nº de urgências	125.527	119.000
Serviço Domiciliário	nº de domicílios	1.763	1.761
Planos de Saúde:			
Diagnóstico Pré-Natal (Protocolos I e II)	nº de protocolos	2.425	
Diagnóstico e Tratamento da Infertilidade	nº de consultas	572	
Diagnóstico e Tratamento da Infertilidade	nº de tratamentos	582	
Banco de Gâmetas	nº de colheitas	168	
Programa de Tratamento Cirúrgico da Obesidade	nº de doentes	150	
Pat. Oncológica - Cancro Cólon e Recto	nº de doentes	35	
Doentes em Tratamento Ambulatório TARC	nº de doentes	2.700	
Doentes em Tratamento - Esclerose Múltipla	nº de doentes	359	
Doentes em Tratamento - Doenças lisossomais	nº de doentes	20	
Doentes em Tratamento - Hipertensão Pulmonar	nº de doentes	80	
Doentes em Tratamento - Polineuropatia Amiloidótica Familiar	nº de doentes	320	
Doentes em Tratamento - Hepatite c	nº de doentes	400	

Com exceção da Urgência, que diminui em 2% resultado da contínua pressão da tutela em direcionar atividade do meio Hospitalar para os cuidados primários, verificam-se aumentos de produção na generalidade das linhas produção, com particular incidência no crescimento do ambulatório médico e cirúrgico. O valor do Contrato Programa para 2018, negociado com a ARS Norte, ascende a 249,8M€. Embora superior ao contrato Programa negociado em 2017 em cerca de 7M€, contempla verbas relativas à Hepatite C no montante de 2,8M€, ao Sistema de Atribuição de Produtos de Apoio (SAPA) de 0,9M€ e o Programa de Incentivos à integração de cuidados no montante de 2M€, que não eram parte integrante em 2017.

Seguidamente apresenta-se um quadro com alguns dos indicadores que constam do Contrato-Programa para 2018.

Handwritten signature

Áreas	Indicadores CP 2018	Ponderação	Meta
Objetivos Nacionais (60%)			
A. Acesso (15%)	A.1 Percentagem das primeiras consultas médicas no total de consultas médicas	3%	27,0
	A.2 Peso das consultas externas médicas com registo de alta no total de consultas externas médicas (%)	3%	17,0
	A.3 Mediana de tempo de espera da LIC, em meses	3%	3,3
	A.4 Percentagem de episódios de urgência atendidos dentro do tempo de espera previsto no protocolo de triagem	3%	65,0
	A.5 Percentagem de doentes referenciados para a RNCCI, avaliados/confirmados pela EGA até 2 dias úteis após a referência, no total de doentes referenciados para a RNCCI	3%	80,0
B. Desempenho assistencial (25%)	B.1 Percentagem de doentes saídos com duração de internamento acima do limiar máximo	3%	13,5
	B.2 Percentagem de cirurgias realizadas em ambulatório, para procedimentos tendencialmente ambulatorizáveis	3%	11,0
	B.3 Percentagem de cirurgias da anca efetuadas nas primeiras 48 horas	3%	60,0
	B.4 Índice de risco e segurança do doente	2%	8,0
	B.5 Índice PPCIRA	8%	10,0
C. Desempenho económico-financeiro (20%)	B.6 Quotas de biossimilares em unidades, por DCI (Infiximab, Rituximab, Etanercept), em 2018		
	B.6.1 Quotas de biossimilares por DCI (Infiximab)	2%	30,0
	B.6.2 Quotas de biossimilares por DCI (Rituximab)	2%	15,0
	B.6.3 Quotas de biossimilares por DCI (Etanercept)	2%	15,0
	C.1 Percentagem dos custos com horas extraordinárias, suplementos e fornecimentos de serviços extrenos III (selecionados) no total de custos com pessoal	5%	14,9
	C.2 Custos com pessoal por doente padrão	5%	Valor do melhor grupo
	C.2 Custos com produtos farmacêuticos por doente padrão	5%	Valor do melhor grupo
	C.2 Custos com material consumo clínico por doente padrão	5%	Valor do melhor grupo
Objetivos da Região (40%)			
D. Objetivos Regionais (40%)	D.1 Tempo de espera para a triagem médica da consulta externa	8,0%	8,0
	D.2 Programa de Rastreio da Retinopatia Diabética (RRD)	8,0%	1,0
	D.3 Programa de Rastreio do Cancro do Colo do Útero (RCCU)	8,0%	85,0
	D.4 Programa de Rastreio do Cancro do Colon do RET (RCCR)	8,0%	75,0
	D.5 Plano de desenvolvimento dos cuidados paliativos	8,0%	100,0

Os objetivos institucionais comuns representam 60% do total e os restantes 40% são objetivos institucionais definidos por cada região. Os 60% dos objetivos institucionais comuns são compostos por: 15% relativos a objetivos de acesso, 25% a desempenho assistencial e 20% a objetivos económico-financeiros.

Em 2018, estão ainda definidos quatro objetivos de Desempenho do Serviço de Urgência, que funcionarão como componente variável na atribuição do preço de urgência.

Áreas	Indicadores CP 2018	Ponderação	Meta
Objetivos de Desempenho do Serviço de Urgência (100%)			
Objetivos de Desempenho do Serviço de Urgência (100%)	U.1 Peso dos episódios de urgência com prioridade atribuída Verde/Azul/Branca	25%	18,0
	U.2 Peso dos episódios de urgência com internamento	25%	12,0
	U.3 Peso dos utilizadores frequentes (>4 episódios), no total de utilizadores do Serviço Urgência	25%	4,0
	U.4 Rácio Consultas Externas/episódios de urgência	25%	1,8

5.3. PLANO DE RECURSOS HUMANOS

A evolução dos RH de 2015 a 2017 é a seguinte:

	Total 2017	Total 2016	Total 2015	Var. 17/16	Var. 16/15
Dirigente	24	25	25	-4,0%	0,0%
Médico	1.084	1051	1027	3,1%	2,3%
Téc. Superior Saúde	64	62	64	3,2%	-3,1%
Técnico Superior	83	84	76	-1,2%	10,5%
Informática	17	18	18	-5,6%	0,0%
Enfermagem	1.335	1317	1295	1,4%	1,7%
Téc. Diagn. e Terap.	288	286	278	0,7%	2,9%
Assistente Técnico	405	418	414	-3,1%	1,0%
Assistente Operacional	865	893	880	-3,1%	1,5%
Outros	5	4	3	25,0%	33,3%
Total	4.170	4.158	4.080	0,3%	1,9%
Total (sem Internos)	3.788	3.792	3.723	-0,1%	1,9%

Em Outros inclui-se o Pessoal Docente e o Religioso.

Fonte: Balanços Sociais do CHP de 2017, 2016 e 2015.

O montante orçamentado das despesas com pessoal para 2018 teve em conta o despacho n.º 111/2017, de 28 de julho, de Sua Ex.ª o Secretário de Estado da Saúde, pelo que forçosamente se cumpriu o plafond determinado, limitando o valor orçamentado ao valor constante da conta de gerência de 2016, acrescido de 4%. Resulta desta estimativa, um acréscimo de custos por via do recrutamento de 40 profissionais, resultado da variação da rotatividade de pessoal prevista para 2018. Assim, a previsão de recursos humanos para 2018, por grupo profissional, de acordo com o previamente previsto no Anexo II da proposta de orçamento submetido à DGO, é a seguinte:

ANEXO II Fundamentação do Orçamento de despesa com pessoal

ORÇAMENTO: 2018 ORÇAMENTO DE ESTADO

SERVIÇO: 6520 CENTRO HOSPITALAR DO PORTO, EPE

Pág. 2 de 3

	Tipo de Efetivo	Designação Cargo/Carreira/Grupo (Tabela SIOE)	N.º de postos de trabalho/efetivos	Remuneração líquida	Subsídios de Férias e Natal	Encargos da Entidade Patronal	Restantes Despesas com Pessoal	Total das Despesas com Pessoal
Estimativa de Despesa com pessoal em 31-dez-2017	Efetivos reais em funções - Mapa Pessoal	02 Dirigente Superior De 1.º Grau	1	56.972,64	9.417,82	20.270,31	20.131,43	106.792,20
	Efetivos reais em funções - Mapa Pessoal	03 Dirigente Superior De 2.º Grau	4	160.069,20	31.596,60	60.733,18	78.360,21	367.769,09
	Efetivos reais em funções - Mapa Pessoal	04 Dirigente Intermédio De 1.º Grau	19	740.784,75	124.761,84	225.835,62	105.463,03	1.196.825,14
	Efetivos reais em funções - Mapa Pessoal	07 Técnico Superior	66	1.445.887,76	241.750,62	423.507,32	188.437,65	2.269.589,48
	Efetivos reais em funções - Mapa Pessoal	08 Assistente Técnico, Técnico De Nível Intermédio, Pessoal Administrativo Ou Assistente Operacional, Operário, Pessoal Auxiliar	418	3.855.653,72	647.416,07	1.170.653,14	861.288,28	6.544.011,21
	Efetivos reais em funções - Mapa Pessoal	11 Informático	911	8.361.016,33	1.088.329,23	2.046.646,36	2.030.016,28	11.546.010,18
	Efetivos reais em funções - Mapa Pessoal	20 Educ. Infância E Doc Do Ens. Básico E Secundário	17	301.008,00	53.957,50	60.298,79	43.001,48	468.265,75
	Efetivos reais em funções - Mapa Pessoal	21 Médico	3	77.259,12	12.876,52	21.407,21	3.511,65	115.054,50
	Efetivos reais em funções - Mapa Pessoal	21 Médico	1090	34.807.654,77	5.877.396,69	12.017.016,69	11.060.607,17	63.762.575,32
	Efetivos em funções fora organismo - Mapa Pessoal	21 Médico	1	45.885,36	7.647,56	18.069,03	23.712,39	95.314,34
	Efetivos reais em funções - Mapa Pessoal	22 Enfermeiro	1382	21.572.137,09	3.582.400,94	6.957.066,84	5.560.169,63	37.671.806,80
	Efetivos reais em funções - Mapa Pessoal	23 Téc. Diagnóstico E Terapêutica	292	4.098.968,09	704.365,46	1.270.447,33	839.488,64	6.919.287,52
	Efetivos em funções fora organismo - Mapa Pessoal	23 Téc. Diagnóstico E Terapêutica	1	17.139,20	3.042,28	4.792,86	1.054,67	28.029,01
	Efetivos reais em funções - Mapa Pessoal	24 Técnico Superior De Saúde	64	1.509.241,41	252.845,08	444.149,66	169.896,25	2.376.132,40
	(2) Total 31-Dez-2017		4292	75.099.607,47	12.637.810,01	24.788.894,24	20.983.088,22	133.509.449,94

[Handwritten signature]

ANEXO II
Fundamentação do Orçamento de despesa com pessoal

ORÇAMENTO: 2018 ORÇAMENTO DE ESTADO

SERVIÇO: 8520 CENTRO HOSPITALAR DO PORTO, EPE

Pág. 3 de 3

	Tipo de Efetivo	Designação Cargo/Carreira/Grupo (Tabela SIOE)	Nº de postos de trabalho/efetivos	Remuneração Líquida	Subsídios de Férias e Natal	Encargos da Entidade Patronal	Restantes Despesas com Pessoal	Total das Despesas com Pessoal
Pessoal a recrutar e previsão de saídas (Para Estimativa de Despesa com pessoal em 2018)	Efetivos reais em funções - Mapa Pessoal	02 Dirigente Superior De 1º Grau	0	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Efetivos reais em funções - Mapa Pessoal	03 Dirigente Superior De 2º Grau	0	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Efetivos reais em funções - Mapa Pessoal	04 Dirigente Intermédio De 1º Grau	0	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Efetivos reais em funções - Mapa Pessoal	07 Técnico Superior	0	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Efetivos reais em funções - Mapa Pessoal	08 Assistente Técnico, Técnico De Nível Intermédio, Pessoal Administrativo	4	28.505,24	4.751,04	7.869,00	4.639,89	45.994,56
	Efetivos reais em funções - Mapa Pessoal	09 Assistente Operacional, Operário, Pessoal Auxiliar	18	95.059,04	15.009,84	25.816,36	19.354,74	155.039,98
	Efetivos reais em funções - Mapa Pessoal	11 Informático	0	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Efetivos reais em funções - Mapa Pessoal	20 Educ. Infância E Doc. Do Ens. Básico E Secundário	0	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Efetivos reais em funções - Mapa Pessoal	21 Médico	12	249.555,96	20.233,16	64.074,92	5.552,28	339.416,30
	Efetivos reais em funções - Mapa Pessoal	21 Médico	0	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Efetivos reais em funções - Mapa Pessoal	22 Enfermeiro	10	143.592,84	23.927,14	39.778,88	12.096,70	219.395,56
	Efetivos reais em funções - Mapa Pessoal	23 Téc. Diagnóstico E Terapêutica	-1	-18.253,68	-3.042,28	-5.057,70	-1.209,67	-27.563,42
	Efetivos em funções fora organismo - Mapa Pessoal	23 Téc. Diagnóstico E Terapêutica	0	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Efetivos reais em funções - Mapa Pessoal	24 Técnico Superior De Saúde	-1	-31.852,76	-5.275,45	-8.770,45	-1.209,67	-46.908,34
	(3) Total Variação 2018		40	467.777,84	56.603,44	124.540,62	39.423,04	688.344,94
	(2) + (3) Total OE 2018		4332	75.507.435,11	12.694.413,45	24.913.434,76	21.022.511,26	134.197.794,58

Importa acrescentar que o orçamento encontra-se em consonância com o mapa de pessoal aprovado por despacho de Sua Ex^a o Secretário de Estado da Saúde (despacho nº 117/2017 de 14 de agosto de 2017).

Agregado a este critério, foi ainda considerado o custo associado à atualização do subsídio de refeição, previsto no artigo 20º da Lei do orçamento de Estado para 2018. O constrangimento do limite de despesa com pessoal previamente determinado, bem como a imprevisibilidade de alterações normativas, como é exemplo as valorizações remuneratórias previstas no artigo 18º da Lei do Orçamento de Estado para 2018 bem como, a transição para o período normal de trabalho da função pública dos trabalhadores com regime de trabalho de 40 horas semanais, não permitiu acomodar despesa que a seu tempo se verificou. Não foram ainda estimados custos de abonos variáveis, que poderiam ou não se verificar em 2018, influenciando o valor orçamentado.

Importa referir, que o número de postos de trabalho estimados no orçamento para 2018, afasta-se muito das efetivas necessidades deste Centro Hospitalar, porquanto se verifica desde 2015 um aumento lento na evolução de recursos humanos, não tendo acompanhado o crescimento da produção (doente padrão).

Ano	Nº Doente Padrão	Efetivos (Etc's)
2015	97.580	4.085
2016	99.697	3.994
2017	101.629	4.053

Em sede de elaboração do contrato programa, verificou-se a necessidade de ajuste dos valores orçamentados, acomodando-se rubricas que até então não tinham sido consideradas, quer pela imprevisibilidade das mesmas, quer por razão do Despacho anteriormente referido. Dessas rubricas destacam-se as valorizações remuneratórias, por efeito da aplicação do sistema de avaliação do desempenho e a projecção de custos de abonos variáveis, que traduziu um acréscimo de 4.393.863,00 €.

Conforme já referido, ficou ainda por adequar as efetivas necessidades de recursos humanos, evidenciadas no quadro seguinte, face ao despacho nº 111/2017, de 28 de julho, de Sua Ex^a o Secretário de Estado da Saúde.

Grupo profissional	Mapa pessoal aprovado (em sede orçamento para 2018)	Efetivos julho 2018	Total de RH necessários para assegurar a carteira dos serviços contratualizados para 2018
Pessoal Médico	705	717	758
Pessoal Enfermagem	1.392	1.454	1.600
P. Téc. Sup. Saúde	30	32	35
P. Téc. Diag. Terap.	290	298	322
Farmacêuticos	33	33	38
P. Técnico Superior	89	87	103
P. Assistente Técnico	422	408	457
P. Assistente Operacional	927	920	1.033
Pessoal Docente	3	3	3
Pessoal Informática	17	18	19
Pessoal Religioso	1	1	2
TOTAL	3.909	3.941	4.370

Nota: Não foi considerado o Pessoal Dirigente, Internos de Formação Específica e de Ano Comum, bem como os Efetivos em funções fora do organismo.

Estima-se que são ainda necessários 130 profissionais para fazer face à diminuição de colaboradores decorrentes da aplicação do PNT de 35 Horas, para além dos 115 já admitidos. O défice de RH tem aumentado o número de horas em débito, que só com recurso a este mecanismo é possível assegurar as escalas de trabalho. Da análise efetuada, admite-se a necessidade de recrutar 87 profissionais, para recuperar as horas em débito. Acresce ainda, a necessidade de promover a contratação de 104 colaboradores para assegurar a substituição de rescisões de contratos e/ou aposentações bem como, manter os níveis de produtividade, desempenho assistencial e eficiência económico-financeira, conforme a seguir se demonstra no quadro seguinte:

[Handwritten signature]

Grupo profissional	Passagem PNT35	Recuperação Horas em débito	Outras situações
Pessoal Medico	0	0	47
Pessoal Enfermagem	62	47	8
P. Téc. Sup. Saúde	0	0	2
P. Téc. Diag. Terap.	15	4	10
Farmacêuticos	0	0	5
P. Técnico Superior	2	0	12
P. Assistente Técnico	13	0	20
P. Assistente Operacional	38	36	0
Pessoal Docente	0	0	0
Pessoal Informática	0	0	2
Pessoal Religioso	0	0	1
TOTAL	130	87	107

Para concluir, importa avaliar o impacto destas necessidades na rubrica de despesas com pessoal:

Grupo profissional	Acréscimo de RH necessários para assegurar a carteira dos serviços contratualizados para 2018	Encargos (5 meses)
Pessoal Medico	47	962.458,95 €
Pessoal Enfermagem	117	1.082.741,40 €
P. Téc. Sup. Saúde	3	36.955,22 €
P. Téc. Diag. Terap.	29	230.146,13 €
Farmacêuticos	5	61.236,00 €
P. Técnico Superior	14	129.558,80 €
P. Assistente Técnico	33	181.106,31 €
P. Assistente Operacional	74	350.668,24 €
Pessoal Docente	0	0,00 €
Pessoal Informática	1	8.805,26 €
Pessoal Religioso	1	8.131,81 €
TOTAL	324	3.051.808,12 €

5.4. PLANO DE INFRA-ESTRUTURAS E EQUIPAMENTOS

Recursos Físicos

	HSA	CICA	HML	MJD/CMIN	CHP
Camas de Internamento (Lotação Oficial) *	629		10	173	812
Salas de Bloco Operatório	14	8		6	28
Salas no Bloco de Partos				7	7
Camas de Hospital Dia	43			4	47
Cadeirões de Tratamento Ambulatório	26			2	28
Gabinetes de Consulta Externa	147	14	15	16	155
Camas da Unidade de Recobro	20	32		14	66

* Lotação em 31-12-2017 (inclui 34 Berços no CMIN). Para os serviços de Medicina A- Neoclássico e Cirurgia Neoclássico foi considerada a lotação existente a 31 de Dezembro.

Equipamentos

	HSA	CICA	MJD/CMIN	CHP
Imagem				
Angiografia Digital	2			2
Ecografo **	19	2	15	36
Mamógrafo	1			1
Radiologia Telecomandada Convencional	1			1
Radiologia Fixa Convencional	5			5
Radiologia Fixa Digital	2		1	3
Radiologia Móvel Convencional *	18	2	5	25
Ressonancia Magnetica	2			2
Tomografia Axial Computorizada	2		1	3
Existencia de Arquivo Imagiológico	1			1
Medicina Nuclear				
Câmara Gama	2			2
Osteodensitometro	1			1
Litotricia				
Litotricia Extracorporal	1			1
Hemodiálise				
Postos de Hemodiálise	14			14
Postos de Hemodiálise - Pediátrica			3	3

* Inclui equipamento de RX portátil mais intensificador de Imagem.

** Respeita a equipamentos com color doppler. Inclui 2 Ecografos sem color doppler: 1 no HSA e 1 no MJD/CMIN.



5.5. PLANO DE MEDIDAS - MELHORIA DO ACESSO E DO DESEMPENHO ASSISTENCIAL NO SNS

Reforçar o rigor de gestão das Listas e dos TMRG

LIC:

- ✓ Reforço de monitorização dos Inscritos Cirúrgicos com resolução em 5% por trimestre dos doentes mais antigos por especialidade;
- ✓ Acompanhamento da taxa de ocupação do tempo disponível para cirurgia;
- ✓ Mapa dinâmico de salas;
- ✓ Formação continua aos cirurgiões com regras, normas e legislação legal.

LEC:

- ✓ Estabelecer o procedimento de triagem como obrigatório no Sclínico, de forma a garantir a monitorização do TMRG nos pedidos interno (necessária intervenção da SPMS);
- ✓ Antecipação do envio de SMS para utente para 10 dias, de forma a diminuir a taxa de faltas a primeira consulta, com reforço às 48 horas de antecedência;
- ✓ Identificar, corrigir e eliminar referências pendentes fictícias ou aberrantes, habitualmente geradas por erro humano na manipulação das aplicações informáticas.

Pagamento às equipas pela realização de produção adicional

- ✓ Criação de programas de realização de consulta adicional;
- ✓ Dar plasticidade aos horários de todos os grupos profissionais, de forma a aproveitar as instalações disponíveis (principalmente ao final da tarde);
- ✓ Criação de condições para a produção adicional cirúrgica em equipas de Ortopedia, Neurocirurgia e Oftalmologia.

Desenvolver programas adicionais internos de aumento da resposta

- ✓ Otimização da ocupação de gabinetes de consulta, promovendo a utilização por várias especialidades e a ocupação de tempos de sala disponíveis;
- ✓ Reconfiguração de agendas médicas, com reforço do nº de primeiras consultas;
- ✓ Monitorização da existência de vagas por agendar;

- ✓ Acrescentar pelo menos mais uma primeira consulta às agendas médicas individuais (exceto consultas muito específicas);
- ✓ Garantir que todas as vagas de “primeira consulta” são efetivamente ocupadas. As reservas para consultas monotemáticas ou prioritárias deverão converter-se em marcações automáticas de consulta geral da respetiva especialidade, se permanecerem vagas nos 10 dias anteriores à data prevista para a sua efetivação;
- ✓ Atender ao histórico de absentismo dos doentes da respetiva especialidade (cerca de 15%, no geral) na construção e temporização das agendas;
- ✓ Fomentar as altas clínicas a doentes com diagnóstico estabelecido e situação estabilizada, na sequência dos programas de maior proximidade aos agrupamentos de centros de saúde e às facilidades de partilha dos sistemas de informação.

Utilização da informação de benchmarking

- ✓ Reuniões Trimestrais com todos os Conselhos de Gestão e diretores de serviço para partilha do Benchmarking do grupo.

Potenciar as respostas de TeleSaúde

- ✓ Promover formas alternativas de colaboração clínica (telemedicina) - com destaque para a tele dermatologia.

Implementar os protocolos de articulação com os ACeS

- ✓ Promover formas alternativas de colaboração clínica (protocolos de referênciação, consultadoria aos centros de saúde);
- ✓ Criação de postos de colheita nos ACeS por forma a internalizar os MCDT.

Utilizar a Plataforma de GPRSNS

- ✓ Aumentar a disponibilidade de Cirurgias no GPRSNS enquanto hospital destino (tiroides, hérnias abdominais e inguinais, cirurgia pediátrica e outros procedimentos de cirurgia geral ambulatório);
- ✓ Negociação com entidades de externas por forma a diminuir tempos de resposta em particular na Ortopedia, Cirurgia Plástica e Neurocirurgia.

[Handwritten signature]

Outras ações:

- ✓ Criação de um posto de trabalho de monitorização permanente das LEC (identificação de erros e situações anómalas);
- ✓ Elaboração pela Direcção da Consulta de um relatório mensal da LEC com apresentação de medidas de correção.

5.6 PLANO/MEDIDAS DE EFICIÊNCIA

Eixo/Medidas	
Gestão do Acesso	
Cumprimento dos TMRG	Monitorização diária relativamente às neoplasias malignas (LIC) e está em curso a criação de um equipa administrativa para detetar os erros de origem no registo no SONHO que sucessivamente criam tempos artificialmente prolongados.
Gestão da partilha de Recursos SNS	
Compras Centralizadas	O CHP tem cumprido e participado em todos os concursos e processos de compra centralizada por parte da SPMS, estando disponível para contribuir com informação e continuar a participar em processos futuros.
Softwares e sistemas	O CHP utiliza e adopta todos os <i>softwares</i> e sistemas disponibilizados pela SPMS, disponibilizando-se sempre a ser Hospital Piloto, por forma a otimizar os seus processos e diminuir os investimentos.
Estrutura/Organização interna	Internamente, e tratando-se de um centro hospitalar, procederam-se a processos de fusão e centralização de todos os serviços possíveis por forma a minimizar custos e elevar a eficiência. O CHP tem projectos de consolidação de laboratórios e de Hospitais de dia.
Instalações	O CHP encerrou uma unidade hospitalar (H.J.Urbano) e oprepsetiva a transferência do centro de Genética por forma a libertar instalações alienáveis
Partilha Externa	O CHP disponibiliza-se para estudar um processo de realização MCDT (dentro das suas capacidades) prescritos pelos cuidados de Saúde Primários da sua área de influência.
Mobilidade Parcial de RH	
Mobilidade de RH	O CHP tem acedido a todos os pedidos de mobilidade de RH quer para fora ou para ingressar no Centro Hospitalar.



Na fase de elaboração do orçamento foram ainda identificadas as seguintes medidas:

- ✓ Otimização dos processos de compra por via de notas de crédito de rappel e adesão aos contratos de compra centralizada pelos SPMS;
- ✓ Reorganização das equipas cirúrgicas no sentido de aumento da produção cirúrgica convencional (doentes operados) em cerca de 5%
- ✓ Incentivar a ambulatorização de cirurgias, com aumento do nº de doentes operados em ambulatório de 5%
- ✓ Incentivar os serviços a ter produção adicional de consultas por forma a diminuir a LEC (Lista de Espera para Consulta): aumento de 3% em Primeiras Consultas
- ✓ Reconfiguração dos laboratórios de análises de patologia por forma a dar resposta aos ACeS de Gondomar;
- ✓ Reforço na ação do Departamento Jurídico nas dívidas de clientes e Intensificação do processo SITAM para recuperação de taxas moderadoras;
- ✓ Novas iniciativas por forma a captar mais Ensaios Clínicos - estima-se um crescimento de 10%.



6. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PREVISIONAIS

Como já referido, o Centro Hospitalar do Porto, enquanto entidade abrangida pelo perímetro do Orçamento de Estado desde o ano 2015, elaborou o seu Orçamento em Agosto de 2017 nos termos das orientações da Circular nº 1387 da Direção Geral do Orçamento de 03 de Agosto, bem como através do Ofício Circular nº 7962/2017/DFI/UOC/ACSS recebido a 07 de Agosto de 2017 e do Despacho nº 111/2017 de 27 Julho do Secretário de Estado da Saúde, onde foi estabelecido o *plafond* do CHP a receber como forma de adiantamento do Contrato Programa de 2018, bem como outros pressupostos orçamentais transmitidos e tidos em conta na elaboração do Orçamento de 2018.

No início do ano de 2018, após conhecido o referencial da contratualização para 2017 (em Novembro de 2017) e ocorrida a fase de negociação com ARS, o CHP assinou o Contrato Programa 2018, ficando nele estabelecidas as metas de produção acordadas, bem como o orçamento de custos e proveitos constantes dos anexos ao referido contrato e atendendo à valorização de custos e proveitos decorrentes da proposta de produção fechada nessa data. Assim, as Demonstrações Financeiras Previsionais apresentadas neste Plano de Atividades e Orçamento, estão em consonância com as constantes do Contrato Programa assinado (aliás conforme definido no Artigo 24º, alínea a) do decreto-lei nº 18/2017 de 10 de Fevereiro).

Refira-se, no entanto, que os valores de 2017 (coluna estimado), consideradas nas demonstrações anexas ao contrato programa de 2018, resultam da última projeção à data de negociação do Contrato Programa. Após conhecidos os valores da execução real do ano 2017 (coluna realizado) verifica-se que algumas rubricas apresentam diferenças consideráveis.

Por último, refira-se que as demonstrações financeiras constantes deste plano de atividades, bem como as do Contrato Programa, são apresentadas segundo o referencial contabilístico POC-MS e não de acordo com o SNC-AP, dado que aguardamos orientações da ACSS relativamente à transformação das demonstrações financeiras para o novo referencial contabilístico, mediante celebração de adenda ao contrato programa.

Handwritten signature and initials

6.1. PLANO DE INVESTIMENTOS/FINANCIAMENTOS

Plano de Investimentos

Investimento	Investimento					Total
	2017	2018	2019	2020	2021 e seguintes	
Novo edifício da CE e Hospital de dia	0 €	0 €	0 €	0 €	12.300.000 €	12.300.000 €
Renovação da Ala Norte do Edifício Neoclassico	0 €	0 €	0 €	1.500.000 €	2.190.000 €	3.690.000 €
Aquisição de Robot de Cirurgia	0 €	0 €	0 €	3.075.000 €	0 €	3.075.000 €
Requalificação da Urgência (Programa SNS + Proximidade)	0 €	0 €	1.000.000 €	1.000.000 €	0 €	2.000.000 €
Desmaterialização e automatização de processos clinico-administrativos, como suporte a novos modelos organizacionais	221.696 €	1.855.007 €	0 €	0 €	0 €	2.076.702 €
RM para o CMIN	0 €	0 €	1.500.000 €	0 €	0 €	1.500.000 €
Aquisição de TAC superior a 16 cortes	0 €	0 €	1.082.400 €	0 €	0 €	1.082.400 €
Upgrade Equipamento de Ressonância Magnética 1,5 Tesla	0 €	0 €	756.450 €	0 €	0 €	756.450 €
Gama Camara com TAC	0 €	0 €	676.500 €	0 €	0 €	676.500 €
Intensificador de Imagem Digital Direto	0 €	0 €	184.500 €	0 €	0 €	184.500 €
Aquisição de Densitometro	0 €	0 €	60.270 €	0 €	0 €	60.270 €
Remodelação da Cozinha (Obras+Equipamento)	0 €	246.000 €	1.107.000 €	0 €	0 €	1.353.000 €
Concentração dos Laboratórios do CGM dentro do HGSA	0 €	0 €	861.000 €	0 €	0 €	861.000 €
Aquisição de 350 camas para enfermarias	0 €	480.314 €	332.000 €	0 €	0 €	812.314 €
Aquisição de equipamento Informático	0 €	764.087 €	0 €	0 €	0 €	764.087 €
Aquisição de equipamentos para Serviços Farmacêuticos (Sistemas de Dispensa de Medicamentos Tipo Pixys, Máquina Embalar comprimidos, entre outros)	0 €	130.846 €	555.000 €	0 €	0 €	685.846 €
Ampliação do Serviço de Urgência para a criação de uma nova Sala de OBS	0 €	658.050 €	0 €	0 €	0 €	658.050 €
Farmácia de Ambulatório - Obras (incluindo AVAC) + Robot de dispensa de medicamentos	0 €	613.286 €	0 €	0 €	0 €	613.286 €
Unidade de Queimados Pediátrica - Obra e Equipamentos	0 €	0 €	500.000 €	0 €	0 €	500.000 €
Aquisição de Ventiladores	0 €	217.188 €	280.000 €	0 €	0 €	497.188 €
Quarta sala de BO de Ortopedia (Obra + Equipamentos)	0 €	469.000 €	0 €	0 €	0 €	469.000 €
Aquisição de Equipamentos de Oftalmologia (retinografia, Laser, OCT)	0 €	422.066 €	0 €	0 €	0 €	422.066 €
Remodelação do Serviço de Oftalmologia - Retina e Angiografia	0 €	313.360 €	0 €	0 €	0 €	313.360 €
Instalação da Consulta Externa e Exames de Oftalmologia no CMIN	0 €	300.000 €	0 €	0 €	0 €	300.000 €
Aquisição de Ecógrafos	0 €	282.900 €	0 €	0 €	0 €	282.900 €
Ampliação da Atual sala de OBS	0 €	268.646 €	0 €	0 €	0 €	268.646 €
Remodelação do Telhado do Antigo Edifício da Reitoria no Ex CICAP	0 €	262.880 €	0 €	0 €	0 €	262.880 €
Aquisição de Mesa Telecomandada Digital Diret	0 €	254.592 €	0 €	0 €	0 €	254.592 €
Aquisição de equipamento informático e software da área da Radiologia	0 €	250.779 €	0 €	0 €	0 €	250.779 €
Obra de Alteração da atual TCE com criação de área de internamento de Endocrinologia e Unidade de Neurocríticos	0 €	246.000 €	0 €	0 €	0 €	246.000 €
Aquisição de Mesas Operatórias	0 €	208.100 €	0 €	0 €	0 €	208.100 €
Aquisição de Torres de Laparoscopia	0 €	114.148 €	37.500 €	0 €	0 €	151.648 €
Aquisição de Sistema de Neuronavegação para o Bloco Operatório de Neurocirurgia	0 €	135.300 €	0 €	0 €	0 €	135.300 €
Arco em C e Mesa radiotransparente para Cirurgia Vascular	0 €	120.000 €	0 €	0 €	0 €	120.000 €
Aquisição de equipamento para a urgência	0 €	71.340 €	0 €	0 €	0 €	71.340 €
Edifícios e outras construções diverso	86.071 €	505.867 €	0 €	0 €	0 €	591.938 €
Equipamento básico Médico Cirúrgico diverso	0 €	1.886.760 €	0 €	0 €	0 €	1.886.760 €
Equipamento básico de Imagiologia diverso	0 €	881.593 €	0 €	0 €	0 €	881.593 €
Equipamento básico de laboratório diverso	0 €	535.123 €	0 €	0 €	0 €	535.123 €
Equipamento de transporte diverso	0 €	45.000 €	0 €	0 €	0 €	45.000 €
Outros investimentos diversos	0 €	816.495 €	0 €	0 €	0 €	816.495 €
Reposição de equipamentos Emergentes	0 €	0 €	2.000.000 €	2.000.000 €	2.000.000 €	6.000.000 €
Total	307.767 €	13.354.726 €	10.932.620 €	7.575.000 €	16.490.000 €	48.660.113 €

O Plano de Investimentos para 2018 e anos seguintes, integra-se na estratégia definida nos últimos anos e reflete os grandes projetos assumidos pelo Conselho de Administração, no que respeita essencialmente aos projetos de: desmaterialização dos processos clínico-administrativos, de ampliação do Serviço de Urgência, da renovação e aquisição de grandes equipamentos, de remodelação da ala Norte (fração norte do corpo central do edifício neoclássico), das instalações da Farmácia, entre outros, bem como as verbas para acomodar as necessidades de Investimento, manifestadas pelos serviços submetidos à apreciação do Conselho de Administração a quem caberá geri-las no âmbito das fortes restrições orçamentais.

Considera-se ainda todo o restante investimento essencial à reposição de equipamentos e obras necessárias no normal funcionamento do CHP, que gere cerca de 4.000 funcionários e 7 instalações físicas, sendo uma das quais do século XIX, bem como todo o investimento emergente e necessário a acomodar os processos de integração e fusão de serviços e estruturas tendo em vista prosseguir a trajetória de rentabilização de meios e recursos disponíveis (iniciada há quase 10 anos com a constituição do Centro Hospitalar).

Plano de Financiamento

A maioria dos investimentos são realizados com recurso exclusivamente a fundos próprios, com exceção dos dois projetos do quadro seguinte, para os quais o CHP obteve financiamento de Fundos Europeus.

Investimento	Programação Financeira - Fundos Europeus					Total
	2017	2018	2019	2020	2021 e seguintes	
Desmaterialização e automatização de processos clínico-administrativos, como suporte a novos modelos organizacionais		981.823 €	783.374 €			1.765.197 €
Ampliação do Serviço de Urgência para a criação de uma nova Sala de OBS		63.750 €	148.750 €			212.500 €
Total	0 €	1.045.573 €	932.124 €	0 €	0 €	1.977.697 €

Handwritten signature and initials in blue ink.

6.2. DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS PREVISIONAL

	Realizado 2016	Estimado 2017 *	Realizado 2017	Orçamento 2018 *
61-Custo das Mercadorias Vendidas e Matérias Consumidas				
612-Mercadorias				
616-Matérias de consumo	119.224.831,58	135.042.805,72	130.220.763,97	133.826.055,56
6161-Produtos Farmacêuticos	90.438.937,77	106.481.020,00	99.739.708,10	105.840.875,27
61611-Medicamentos	79.641.703,99	95.485.322,44	88.985.645,64	94.666.275,09
61612/9-Reagentes/Outros produtos farmacêuticos	10.797.233,78	10.995.697,56	10.754.062,46	11.174.600,18
6162-Material consumo clínico	26.461.767,40	26.463.574,96	28.227.954,37	25.925.935,29
6163-Produtos alimentares	6.070,92	8.716,78	20.020,93	7.235,21
6164-Material consumo hotelheiro	1.155.449,48	947.691,94	1.038.267,43	953.786,25
6165-Material consumo administrativo	517.717,07	509.748,84	533.244,46	514.430,95
6166-Material manutenção e conservação	644.888,94	632.053,20	661.568,68	583.792,59
6169-Outro material de consumo				
61-Custo das Mercadorias Vendidas e Matérias Consumidas	119.224.831,58	135.042.805,72	130.220.763,97	133.826.055,56
62-Fornecimentos e serviços externos				
621-Subcontratos				
6211-Assistência ambulatoria				
6212-Meios complementares diagnóstico			0,00	
62121-Patologia clínica				
62122-Anatomia patológica				
62123-Imagiologia				
62124-Cardiologia				
62125-Electroencefalografia				
62126-Medicina nuclear				
62127-Gastroenterologia				
62128-Pneumologia/Imunologia				
62129-Outros				
6213-Meios complementares terapêutica			0,00	
62131-Hemodiálise				
62132-Medicina física e reabilitação				
62133-Litotricia				
62139-Outros				
6214-Prescrição medicam. e cuid. farmac.				
6215-Internamentos				
6216-Transporte de doentes				
6217-Aparelhos complementares de terapêutica				
6218-Trabalhos executados no exterior	8.289.721,15	7.987.364,85	11.162.992,12	7.828.606,15
62181-Em entidades do M. Saúde	3.846.606,37	3.242.778,41	3.590.036,06	3.043.316,63
621811-Assistência ambulatoria		0,00	0,00	
621812-Meios complementares de diagnóstico	567.587,09	212.867,54	376.860,20	187.728,72
621813-Meios complementares de terapêutica	2.310.200,36	2.061.191,95	2.764.508,13	1.886.868,99
621814-Prescrição medicam. e cuid. farmac.		0,00	0,00	
621815-Internamentos e transporte de doentes		0,00	0,00	0,00
621819-Outros trabalhos executados no exterior	968.718,92	968.718,92	448.667,73	968.718,92
62189-Em outras entidades	4.443.214,78	4.744.586,44	7.562.956,06	4.785.289,52
621891-Assistência ambulatoria		0,00	0,00	0,00
621892-Meios complementares diagnóstico	1.352.972,24	1.435.104,53	1.793.603,62	1.325.858,39
621893-Meios complementares terapêutica	297.919,32	191.333,63	311.910,21	140.801,57
621894-Prescrição medicam. e cuid. farmac.		0,00	0,00	
621895-Internamentos e transporte de doentes	1.428.558,17	1.255.093,32	2.013.228,47	1.612.514,18
621896-Aparelhos complementares de terapêutica	815.739,52	740.687,88	864.557,81	815.739,52
621897-Assistência no estrangeiro	548.025,53	607.019,17	565.567,17	780.058,30
621898-Termalismo social		0,00	0,00	
621899-Outros trabalhos executados no exterior		515.347,91	2.014.088,78	110.317,56
6219-Outros subcontratos		0,00	0,00	0,00
621-Subcontratos	8.289.721,15	7.987.364,85	11.162.992,12	7.828.606,15
622-Fornecimentos e serviços				
6221-Fornecimentos e serviços I	6.968.691,56	7.081.888,54	5.684.824,27	6.928.863,82
6222-Fornecimentos e serviços II	866.258,99	865.300,25	945.809,77	847.174,35
62229 - Honorários	342.714,35	412.664,36	418.623,91	433.613,71
6223-Fornecimentos e serviços III	14.693.025,27	15.292.553,09	17.022.243,83	14.720.415,80
62236 - Trabalhos Especializados	7.076.530,01	7.359.366,54	7.490.522,52	7.467.335,98
622364-Serviços Técnicos Recursos Humanos	1.524.411,65	1.304.079,14	1.507.948,03	1.278.769,29
6223641-Serviços Técnicos Rec. Humanos prestados por Inst. do Mn. Sa	121.435,65	75.686,64	134.098,91	70.500,72
62236411-Serv. Téc. RH prestados por Inst. Mn. Saúde - De cuidados de	98.619,29	75.686,64	134.098,91	70.500,72
6229-Outros fornecimentos e serviços	121.724,78	63.942,44	72.242,20	62.438,64
622-Fornecimentos e serviços	22.649.700,60	23.303.684,32	23.725.120,07	22.558.892,61
63-Transf. correntes conced. e prest. sociais				

	Realizado 2016	Estimado 2017 *	Realizado 2017	Orçamento 2018 *
64-Custos com o pessoal				
641-Remunerações dos órgãos directivos	372.302,05	373.295,03	365.063,58	382.782,37
642-Remunerações de pessoal	104.372.647,90	110.120.029,96	110.458.905,37	112.294.301,07
6421-Remunerações base do pessoal	72.042.694,27	74.123.359,27	73.837.101,26	76.639.668,69
64211-RCTFP por tempo indeterminado	37.126.781,70	37.213.776,55	37.077.872,82	37.749.833,91
64212-Pessoal c/ contrato a termo resoluto	8.566.528,10	8.530.103,48	8.397.659,42	8.739.218,11
64213-Pessoal em regime Contrato Individual	25.672.411,44	27.668.482,08	27.634.436,36	29.584.140,92
64214-Pessoal em qualquer outra situação	676.973,03	710.997,16	727.132,66	566.475,75
6422-Suplementos de remunerações	19.494.671,81	23.029.566,87	23.547.487,70	22.787.563,33
642211-Horas extraordinárias	5.291.227,47	5.351.033,05	5.679.976,71	5.448.827,48
642212-Prevenções	525.180,22	539.739,05	556.756,93	497.499,57
642221-Noites e suplementos	3.102.060,92	3.154.391,05	3.131.228,35	3.208.406,09
642222-Subsídio de turno		0,00	0,00	0,00
64223-Abono para falhas	931,95	882,59	904,09	908,06
64224-Subsídio de refeição	3.721.596,36	4.037.571,83	3.998.597,62	3.822.544,64
64225-Ajudas de custo	22.384,45	15.302,22	18.683,04	19.164,41
64226/7-Vestuário e Art. Pass/Alim. e Alojam.			0,00	
642281-PECEC/SIGIC	2.928.993,06	5.830.992,89	5.923.928,73	5.155.015,70
642282/9-Outros Suplementos	3.902.297,38	4.099.654,19	4.237.412,23	4.635.197,38
6423-Prestações sociais directas	216.234,46	216.789,95	217.205,31	213.669,93
6424-Subsídios de férias e de Natal	12.619.047,36	12.750.313,87	12.857.111,10	12.653.399,12
6425 - Prémios de desempenho		0,00		
643-Pensões	105.900,65	137.728,68	136.291,69	19.077,31
645-Encargos sobre remunerações	24.221.224,12	24.936.411,52	25.645.742,77	24.880.829,07
646-Seguros de acid. trab. e doenças profissionais	590.051,71	808.689,28	799.563,11	694.774,57
647-Encargos sociais voluntários	288.688,11	242.412,44	238.629,23	0,00
648-Outros custos com pessoal	1.124.994,59	1.170.723,47	1.159.655,24	806.276,66
649-Estágios Profissionais		0,00	0,00	0,00
64-Custos com o pessoal	131.075.809,13	137.789.290,38	138.803.850,99	139.078.041,05
65-Outros custos e perdas operacionais	220.605,45	308.740,44	325.993,05	272.818,56
66-Amortizações do exercício	5.088.008,82	6.265.704,37	6.314.073,34	6.292.681,11
67-Provisões do exercício	569.648,62	100.000,00	3.493.704,79	100.000,00
68-Custos e perdas financeiras	60.761,07	23.732,39	26.652,44	17.622,24
69-Custos e perdas extraordinários	185.472,00	289.983,92	656.562,66	0,00
Demonstração de Resultados - Custos				
61-Custo das Mercadorias Vendidas e Matérias Consumidas	119.224.831,58	135.042.805,72	130.220.763,97	133.826.055,56
% s/ Total Geral	41,49%	43,41%	41,38%	43,17%
621-Subcontratos	8.289.721,15	7.987.364,85	11.152.992,12	7.828.606,15
% s/ Total Geral	2,88%	2,57%	3,54%	2,53%
622-Fornecimentos e serviços	22.649.700,60	23.303.684,32	23.725.120,07	22.558.892,61
% s/ Total Geral	7,88%	7,49%	7,54%	7,28%
63-Transf. correntes conced. e prest. sociais	0,00			0,00
% s/ Total Geral	0,00%			0,00%
64-Custos com o pessoal	131.075.809,13	137.789.290,38	138.803.850,99	139.078.041,05
% s/ Total Geral	45,61%	44,29%	44,10%	44,87%
642211-Horas extraordinárias	5.291.227,47	5.351.033,05	5.679.976,71	5.448.827,48
% s/ Total Geral	1,84%	1,72%	1,80%	1,76%
642212-Prevenções	525.180,22	539.739,05	556.756,93	497.499,57
% s/ Total Geral	0,18%			0,16%
65-Outros custos e perdas operacionais	220.605,45	308.740,44	325.993,05	272.818,56
% s/ Total Geral	0,08%	0,10%	0,10%	0,09%
66-Amortizações do exercício	5.088.008,82	6.265.704,37	6.314.073,34	6.292.681,11
% s/ Total Geral	1,77%	2,01%	2,01%	2,03%
67-Provisões do exercício	569.648,62	100.000,00	3.493.704,79	100.000,00
% s/ Total Geral	0,20%	0,03%	1,11%	0,03%
68-Custos e perdas financeiras	60.761,07	23.732,39	26.652,44	17.622,24
% s/ Total Geral	0,02%	0,01%	0,01%	0,01%
69-Custos e perdas extraordinários	185.472,00	289.983,92	656.562,66	0,00
% s/ Total Geral	0,06%	0,09%	0,21%	0,00%
TOTAL Geral	287.364.558,42	311.111.306,39	314.719.713,43	309.974.717,28
Custos com Pessoal Ajustados	132.942.935,13	139.506.033,88	140.730.422,93	140.790.424,05
Outros Custos Operacionais	154.175.390,22	171.291.556,20	173.306.075,40	169.166.670,99
% Custos com HE, Suplementos e FSE	13,44%	15,02%	15,46%	14,85%
Custos Operacionais	287.118.325,35	310.797.590,08	314.036.498,33	309.957.095,04
Custos Operacionais relevantes para EBITDA	281.460.667,91	304.431.885,71	304.228.720,20	303.564.413,93

* Projeções constantes do Apêndice VI - Cláusulas específicas para o Contrato Programa 2018

	Realizado 2016	Estimado 2017 *	Realizado 2017	Orçamento 2018*
71-Vendas e prestações de serviços				
711-Vendas			0,00	0,00
712-Prestações de serviços	257.059.316,99	249.250.334,79	259.878.061,12	258.654.364,21
7121 - SNS Contrato-programa	248.401.095,67	240.865.827,85	252.801.715,71	249.827.652,41
71211-Internamento - SNS CP	82.230.227,95	85.247.127,87	83.961.104,56	86.256.664,57
712111-GDH Médicos	43.772.109,02	50.047.522,90	45.756.446,02	46.695.823,85
712112-GDH Cirúrgicos	26.443.388,74	22.290.873,87	25.943.502,97	27.768.440,71
712113-GDH Cirúrgicos Urgentes	11.084.253,86	11.877.085,60	11.459.498,67	10.887.034,51
712114-Dias Internamento Doentes Crónicos	930.476,33	1.031.645,50	801.656,90	905.365,50
71212-Consulta - SNS CP	44.921.768,18	44.692.354,00	43.727.967,18	45.221.281,00
712121-Primeiras Consultas	12.046.998,20	11.900.692,00	11.754.279,05	12.978.512,00
712122-Consultas Subsequentes	32.874.769,98	32.791.662,00	31.973.688,13	32.242.769,00
71213-Urgência/SAP - SNS CP	12.164.461,57	11.000.000,00	11.187.875,52	11.900.000,00
712131-Atendimentos (SU-Polivalente)	12.164.461,57	11.000.000,00	11.187.875,52	11.900.000,00
712132-Atendimentos (SU-Médica Cirúrgica)				
712139-Atendimentos (SU-Básica)				
71214-GDH Ambulatório	26.052.289,64	25.542.544,14	26.429.237,14	28.070.271,25
712141-GDH Cirúrgicos	20.855.395,38	20.885.161,98	21.898.738,03	22.601.165,79
712142-GDH Médicos	5.196.894,26	4.657.382,16	4.530.499,11	5.469.105,46
71215-Hospital de dia - SNS CP	2.015.944,95	1.479.680,00	1.968.234,49	2.142.154,00
71218-Outras Prestações de Serviços de Saúde - SNS CP	80.750.878,74	72.904.121,84	85.276.450,58	76.237.281,59
712181-Serviço domiciliário - SNS CP	107.044,88	109.288,00	68.818,00	66.918,00
712182-Programas de gestão da doença crónica	50.673.180,93	52.984.005,00	51.141.107,22	49.760.330,00
712183-Saúde Sexual e Reprodutiva	1.173.700,40	1.268.384,00	1.209.685,67	1.338.614,00
7121831-IVG até às 10 semanas	294.707,10	301.198,00	268.850,00	301.198,00
7121832-PMA Diagnóstico e Tratamento da Infertilidade	761.669,76	846.253,00	822.958,08	916.997,00
7121833-Diagnóstico Pré-Natal	117.323,54	120.933,00	117.877,59	120.419,00
712184-Plano de convergência/Custos de Contexto - SNS CP	21.677.972,52	10.314.153,84	23.948.230,66	12.491.382,62
712185-Valor Capitaçãoal (valor a facturar pelas ULS) - SNS CP	0,00		0,00	
712186-Sessões de Radioterapia	0,00			
712187-Medicamentos de cedência em ambulatório	4.030.266,95	4.050.000,00	4.050.000,00	4.100.000,00
712188-Internos	2.403.404,28	2.656.616,00	2.656.616,00	3.445.788,00
712189-Outras prestações serviços de saúde - SNS CP	685.308,78	1.521.675,00	2.201.993,03	5.034.248,97
71219 - Outras prestações de serviços - SNS CP	265.524,64	0,00	250.846,24	0,00
7122 - Outras Entidades Responsáveis	8.658.221,32	8.384.506,94	7.076.345,41	8.826.711,80
71221-Internamento - Outras Ent Resp	1.150.439,65	1.150.439,65	571.237,01	1.300.439,65
71222-Consulta - Outras Ent Resp	27.138,51	27.138,51	22.281,48	27.138,51
71223-Urgência/SAP	420.548,97	420.548,97	338.513,81	420.548,97
712231-Urgência	420.548,97	420.548,97	338.513,81	420.548,97
712232-Serviço de atendimento permanente				
712239-Outros				
71224-Quartos particulares - Outras Ent Resp				
71225-Hospital de dia - Outras Ent Resp		22.483,84	19.878,18	
71226-Meios compl. de diagnóstico e terapêutica - Outras	4.589.542,83	4.674.127,50	4.068.205,06	4.939.542,83
712261-Meios complementares diagnóstico - Outras Ent Resp	2.215.455,11	2.231.402,47	1.877.568,90	2.565.455,11
7122611-Patologia Clínica	1.605.957,71	1.605.957,71	1.371.987,65	1.955.957,71
7122612-Anatomia patológica	91.578,10	91.578,10	74.459,30	91.578,10
7122613-Imagiologia	97.387,35	97.387,35	75.059,33	97.387,35
7122614-Cardiologia	402,40	760,80	653,50	402,40
7122616-Medicina nuclear	3.306,20	4.091,64	3.409,70	3.306,20
7122617-Gastroenterologia	70.885,60	73.566,72	75.156,10	70.885,60
7122619-Outros	345.937,75	358.060,15	276.843,32	345.937,75
712262-Meios complementares terapêutica - Outras Ent Resp	2.374.087,72	2.442.725,03	2.190.636,16	2.374.087,72
7122621-Hemodiálise	2.354.812,29	2.421.601,73	2.174.492,06	2.354.812,29
7122622-Medicina física e de reabilitação	1.674,50	3.522,37	3.234,41	1.674,50
7122623-Litotricia	0,00		0,00	
7122624-Quimioterapia	0,00		0,00	
7122625-Radioterapia	0,00		0,00	
7122629-Outros	17.600,93	17.600,93	12.909,69	17.600,93
71227 - Taxas moderadoras Outras Ent Resp - Total	2.409.837,19	1.997.334,76	1.975.811,28	2.070.080,34
712271 - Consultas - Outras Ent Resp	896.778,74	742.757,50	740.869,78	777.604,37
712272 - Urgência/SAP - Outras Ent Resp	459.342,36	394.919,71	388.696,81	402.368,25
712273 - Internamento - Outras Ent Resp	20,40		0,00	
712276 - Meios complementares diagnóst. e terapêut. - Outras Ent Resp	1.053.514,69	859.525,61	846.134,74	889.919,23
712279 - Outros - Outras Ent Resp	181,00	131,94	109,95	188,49
71228-Outras Prestações de Serviços de Saúde - Outras Ent Resp	22.806,67	0,00	0,00	
712281-Serviço domiciliário - Outras Ent Resp	0,00		0,00	
712282-GDH de Ambulatório - Outras Ent Resp	22.806,67	0,00	0,00	
7122821-GDH Cirúrgicos	11.455,41	0,00	0,00	
7122822-GDH Médicos	11.351,26	0,00	0,00	
712289-Outras prestações serviços de saúde - Outras Ent Resp	0,00	0,00	0,00	
71229 - Outras prestações de serviços Outras Ent Resp - Total	37.907,50	92.433,71	80.418,59	68.961,50
712291 - Convenções internacionais - Outras Ent Resp			0,00	
712294 - Unidades terapêuticas de Sangue - Outras Ent Resp		61.824,84	51.520,70	37.204,00
712295 - Serviços prestados pela ACSS, IP - Outras Ent Resp			0,00	
712296 - Análises sanitárias - Outras Ent Resp			0,00	
712299 - Outras	37.907,50	30.608,87	28.897,89	31.757,50
71-Vendas e prestações de serviços	257.059.316,99	249.250.334,79	259.878.061,12	258.654.364,21

	Realizado 2016	Estimado 2017 *	Realizado 2017	Orçamento 2018*
72-Impostos e taxas				
73-Proveitos suplementares	763.858,18	833.411,72	798.497,08	804.321,31
74-Transf. e subsídios correntes obtidos				
741-Transferências-Tesouro		0,00	0,00	
742-Transferências correntes obtidas		160.162,24	245.596,54	28.586,97
7421-Da ACSS		0,00	0,00	
7422-Do FIDAC		0,00	0,00	
7423-Do FSE		0,00	0,00	
7429-Outras Transferências Correntes Obtidas		160.162,24	245.596,54	28.586,97
743-Sub. correntes obtidos-Outros entes públicos		0,00	0,00	
749 - Sub. correntes obtidos-De outras entidades		0,00	0,00	
74-Transf. e subsídios correntes obtidos		160.162,24	245.596,54	28.586,97
75 - Trabalhos para a própria entidade		0,00	0,00	
76 - Outros proveitos e ganhos operacionais				
7611-ACSS IP	9.123.619,43	8.534.399,78	8.407.447,21	4.902.619,00
762 - Reembolsos	3.140.019,74	2.502.075,79	2.391.727,61	2.516.167,13
763 - Produtos de fabricação interna			0,00	
768 - Outros não espec. alheios valor acrescentado		2.527,74	2.106,45	3.611,06
769 - Outros	1.677.091,07	1.442.904,72	1.589.896,44	1.650.610,80
76 - Outros proveitos e ganhos operacionais	13.940.730,24	12.481.908,03	12.391.177,71	9.073.007,99
78 - Proveitos e ganhos financeiros	28.207,41	3.003,66	23.239,53	3.060,69
79 - Proveitos e ganhos extraordinários	1.417.011,37	72.526,79	645.756,12	495.459,00
Demonstração de Resultados - Proveitos				
71-Vendas e prestações de serviços	257.059.316,99	249.250.334,79	259.878.061,12	258.654.364,21
% s/ Total Geral	94,09%	94,84%	94,85%	96,13%
72-Impostos e taxas	0,00	0,00	0,00	0,00
% s/ Total Geral	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
73-Proveitos suplementares	763.858,18	833.411,72	798.497,08	804.321,31
% s/ Total Geral	0,28%	0,32%	0,29%	0,30%
74-Transf. e subsídios correntes obtidos	0,00	160.162,24	245.596,54	28.586,97
% s/ Total Geral	0,00%	0,06%	0,09%	0,01%
75 - Trabalhos para a própria entidade	0,00	0,00	0,00	0,00
% s/ Total Geral	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
76 - Outros proveitos e ganhos operacionais	13.940.730,24	12.481.908,03	12.391.177,71	9.073.007,99
% s/ Total Geral	5,10%	4,75%	4,52%	3,37%
78 - Proveitos e ganhos financeiros	28.207,41	3.003,66	23.239,53	3.060,69
% s/ Total Geral	0,01%	0,00%	0,01%	0,00%
79 - Proveitos e ganhos extraordinários	1.417.011,37	72.526,79	645.756,12	495.459,00
% s/ Total Geral	0,52%	0,03%	0,24%	0,18%
TOTAL Geral	273.209.124,19	262.801.347,23	273.982.328,10	269.058.800,17
Resultados Operacionais	-15.354.419,94	-48.071.773,30	-40.723.165,88	-41.396.814,56
Resultado Líquido do Exercício	-14.155.434,23	-48.309.959,16	-40.737.385,33	-40.915.917,11
Resultado Operacional (EBITDA)	-9.696.762,50	-41.706.068,93	-30.915.387,75	-35.004.133,45
Proveitos Operacionais Próprios (Extra-Contrato)	8,60%	8,32%	7,50%	6,98%

* Projeções constantes do Apêndice VI - Cláusulas específicas para o Contrato Programa 2018

For

6.3. BALANÇO PREVISIONAL

Ativo

	AL - Activo Líquido 2016 (realizado)	AL - Activo Líquido 2017 * (estimado)	AL - Activo Líquido 2017 (realizado)	AL - Activo Líquido 2018* (previsto)
Imobilizado				
Bens de domínio público				
451 - Terrenos e recursos naturais				
452 - Edifícios				
453 - Outras construções e infra-estruturas				
455 - Bens do património hist., artist. e cultural				
459 - Outros bens de domínio público				
445 - Imobilizações em Curso de Bens de Domínio Público				
446 - Adiantamento por Conta de Bens do Domínio Público				
Bens de domínio público				
Imobilizados Incorpóreos				
431 - Despesas de instalação				
432 - Despesas de Investigação e Desenvolvimento				
443 - Imobilizações em Curso de Imobilizações Incorpóreas				
449 - Adiantamentos por Conta de Imobilizações				
Imobilizados Incorpóreos				
Imobilizações Corpóreas				
421 - Terrenos e Recursos Naturais	0,00	0,00	0,00	0,00
422 - Edifícios e Outras Construções	89.449.335,16	87.829.212,91	86.631.386,08	90.651.906,50
423 - Equipamento Básico	8.086.973,17	10.530.857,25	10.176.313,69	13.588.682,37
424 - Equipamento de Transporte	80.744,70	63.500,17	63.823,82	91.255,64
425 - Ferramentas e Utensílios	15.636,88	10.597,75	24.078,40	5.558,63
426 - Equipamento administrativo e Informático	1.186.893,19	3.729.793,51	1.497.003,23	3.951.714,40
427 - Taras e Vasilhame	0,00	0,00	0,00	0,00
429 - Outras Imobilizações Corpóreas	1.746,36	1.523,52	1.523,52	1.300,68
442 - Imobilizações em Curso de Imobilizações Corpóreas	375.224,10	375.224,10	375.224,10	375.224,10
448 - Adiantamentos por Conta de Imobilizações Corpóreas	0,00	0,00	0,00	0,00
Imobilizações Corpóreas	99.196.553,56	102.540.709,21	98.769.352,84	108.665.642,32
Investimentos Financeiros				
411 - Partes de Capital				
412 - Obrigações e Títulos de Participação				
414 - Investimentos em Imóveis				
415 - Outras Aplicações Financeiras	68.426,10	120.000,00	127.249,13	185.000,00
441 - Imobilizações em Curso de Investimentos Financeiros				
447 - Adiantamentos por Conta de Investimentos				
Investimentos Financeiros	68.426,10	120.000,00	127.249,13	185.000,00
Circulante				
Existências				
36 - Matérias-primas, Subsidiárias e de Consumo	14.815.077,60	14.815.077,60	13.082.595,54	14.815.077,60
34 - Sub-produtos, Desperdícios, Resíduos e Refugo				
33 - Produtos Acabados e Intermédios				
32 - Mercadorias				
37 - Adiantamento por Conta de Compras				
Existências	14.815.077,60	14.815.077,60	13.082.595,54	14.815.077,60

Handwritten signature

	AL - Activo Líquido 2016 (realizado)	AL - Activo Líquido 2017 * (estimado)	AL - Activo Líquido 2017 (realizado)	AL - Activo Líquido 2018* (previsto)
Dívidas de Terceiros - Médio e Longo Prazo				
Dívidas de Terceiros - Curto prazo				
28 - Empréstimos Concedidos				
211 - Clientes c/c	673.228,71	686.693,28	326.188,81	521.210,87
213 - Utentes c/c	0,00	0,00	0,00	0,00
215 - Instituições do MS	27.415.605,90	28.845.192,67	7.849.934,75	26.473.645,06
218 - Clientes e Utentes de Cobrança Duvidosa	0,00	0,00	0,00	0,00
251 - Devedores pela Execução do Orçamento	0,00	0,00	0,00	0,00
229 - Adiantamentos a Fornecedores	0,00	0,00	0,00	0,00
2619 - Adiantamentos a Fornecedores de Imobilizado	0,00	0,00	0,00	0,00
24 - Estado e Outros Entes Públicos	420.000,00	411.600,00	347.879,50	403.368,00
263/3/4+267+268 - Outros devedores	8.041.324,42	8.143.449,24	29.566.475,89	8.246.871,05
Dívidas de Terceiros - Curto prazo	36.550.159,03	38.086.935,19	38.090.478,95	35.645.094,98
Títulos Negociáveis				
151 - Ações				
152 - Obrigações e Títulos de Participação				
153 - Títulos da Dívida Pública				
159 - Outros Títulos				
18 - Outras Aplicações de Tesouraria				
Títulos Negociáveis				
Depósitos em Inst. Financ. e Caixa				
13 - Contas no Tesouro				
12 - Depósitos em Instituições Financeiras	2.324.900,12	2.324.900,12	2.364.445,68	324.900,12
11 - Caixa	4.547,64	4.643,14	4.916,26	4.740,65
Depósitos em Inst. Financ. e Caixa	2.329.447,76	2.329.543,26	2.369.361,94	329.640,77
Acréscimos e Diferimentos				
271 - Acréscimos de Proventos	75.159.157,45	0,00	97.898.871,31	0,00
272 - Custos Diferidos	116.819,14	116.819,14	0,00	116.819,14
Acréscimos e Diferimentos	75.275.976,59	116.819,14	97.898.871,31	116.819,14
Total de Amortizações	99.196.553,56	102.540.709,21	98.769.352,84	108.665.642,32
Total de Provisões	14.815.077,60	14.815.077,60	13.082.595,54	14.815.077,60
TOTAL do ACTIVO	228.235.640,64	158.009.084,40	250.337.909,71	159.757.274,81

* Projeções constantes do Apêndice VIII - Cláusulas específicas para o Contrato Programa 2018

h9

Passivo

	Fundos Próprios e Passivo 2016 (realizado)	Fundos Próprios e Passivo 2017 * (estimado)	Fundos Próprios e Passivo 2017 (realizado)	Fundos Próprios e Passivo 2018 * (previsto)
Fundos Próprios				
51 - Património	144.704.000,00	144.704.000,00	166.700.000,00	144.704.000,00
56 - Reservas de Reavaliação	0,00	0,00	0,00	0,00
Sub-total	144.704.000,00	144.704.000,00	166.700.000,00	144.704.000,00
Reservas				
571 - Reservas Legais				
572 - Reservas Estatutárias				
574 - Reservas Livres				
575 - Subsídios				
576 - Doações	3.918.762,55	3.918.762,55	4.905.645,06	3.918.762,55
577 - Reservas Decorrentes da Transferência de				
Sub-total	3.918.762,55	3.918.762,55	4.905.645,06	3.918.762,55
Resultados transitados	-147.233.771,31	-161.409.411,47	-171.433.938,16	-209.719.370,62
Resultado Líquido do Exercício	-14.175.640,16	-48.309.959,15	-40.753.836,68	-40.915.917,56
Fundo Patrimonial	-12.786.648,92	-61.096.608,07	-40.582.129,78	-102.012.525,63
Passivo				
Provisões				
291 - Provisões para Cobranças Duvidosas	3.039.161,36	3.039.161,36	6.354.664,78	3.039.161,36
292 - Provisões para Riscos	0,00	0,00	0,00	0,00
Provisões	3.039.161,36	3.039.161,36	6.354.664,78	3.039.161,36
Dívidas a Terceiros - Médio e Longo Prazo				
Terceiros				
213 - Utentes c/c	0,00	0,00	0,00	0,00
219 - Adiantamentos de Clientes, Utentes e Instit.	81.382.511,68	0,00	96.777.908,80	0,00
221 - Fornecedores c/c	108.256.543,44	167.660.538,06	134.395.577,25	208.582.791,25
228 - Fornecedores - Facturas recep. e conf.	0,00	0,00	0,00	0,00
23 - Empréstimos obtidos	0,00	0,00	0,00	0,00
252 - Credores pela Execução do Orçamento	0,00	0,00	0,00	0,00
2611 - Fornecedores de imobilizado c/c	2.477.926,72	991.170,69	3.054.570,03	693.819,48
24 - Estado e Outros Entes Públicos	227.995,91	216.600,57	217.404,20	216.167,37
2613/4 - Outros Credores	3.212.927,85	3.534.351,73	3.654.718,06	3.887.786,91
Terceiros	195.557.905,60	172.402.661,05	238.100.178,34	213.380.565,01
Acréscimos e Diferimentos				
273 - Acréscimos de Custos	18.890.920,73	18.890.920,73	22.187.706,02	18.890.920,73
274 - Proveitos Diferidos	23.534.301,87	24.772.949,33	24.277.490,35	26.459.153,34
Acréscimos e Diferimentos	42.425.222,60	43.663.870,06	46.465.196,37	45.350.074,07
Passivo	241.022.289,56	219.105.692,47	290.920.039,49	261.769.800,44
Fundos Próprios e Passivo	228.235.640,64	158.009.084,40	250.337.909,71	159.757.274,81

* Projeções constantes do Apêndice VIII - Cláusulas específicas para o Contrato Programa 2018

Os valores do balanço previsional 2018 e seguintes, não refletem o reforço de capital nos termos do despacho nº 1266/2017 de 29 de Dezembro do Secretário de Estado do Tesouro (SET), facto desconhecido à data da preparação das peças previsionais do Contrato Programa - cláusulas específicas para o ano 2018 (Apêndice VIII).

[Handwritten signature]

6.4. DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA PREVISIONAL

	Realizado 2016	Estimado 2017 *	Realizado 2017	Previsto 2018 *
Método Directo				
Fluxos de Actividades Operacionais				
Recebimentos (+):	307.542.225,88	262.798.343,57	314.896.348,58	269.055.739,05
Contrato-programa (produção)	234.065.599,53	239.086.073,79	238.770.399,37	242.238.888,79
Dívidas de Terceiros (outras entidades)	49.386.816,64	10.334.680,43	51.436.188,77	10.927.020,04
Contrato-Programa (convergência/custos de contexto)	11.965.133,52		10.829.678,87	
Incentivos	9.712.839,00	10.314.153,84	13.118.551,79	12.491.382,62
Subsídios à Exploração	0,00	0,00	0,00	0,00
Taxas Moderadoras (R)	2.409.837,19	1.997.334,76	740.869,78	2.070.080,33
Outros (inclui outros operacionais e extraordinários)	2.000,00	1.066.100,75	660,00	1.328.367,27
Pagamentos (-):	-297.976.681,92	-254.427.035,77	-311.678.943,35	-260.819.690,33
Fornecedores e outros c/c	-131.580.286,54	-116.039.021,04	-136.064.439,70	-121.468.830,72
Custos com Pessoal	-129.485.287,94	-137.789.290,37	-136.599.174,53	-139.078.041,05
Transf. Correntes conced. e Prest. Sociais				
Outros (inclui outros operac. e extraord.)	-36.911.107,44	-598.724,36	-39.015.329,12	-272.818,56
Fluxos de Actividades Operacionais	9.565.543,96	8.371.307,80	3.217.405,23	8.236.048,72
Fluxos de Actividades de Investimento				
Recebimentos provenientes de (+):	0,00	1.238.647,48	1.238.647,48	2.181.663,00
Investimentos Financeiros				
Imobilizações Corpóreas				
Imobilizações Incorpóreas				
Subsídios ao Investimento		1.238.647,48	1.238.647,48	2.181.663,00
Juros e Projeitos Similares				
Dividendos				
Outros				
Pagamentos respeitantes a (-):	-9.732.765,44	-9.609.859,77	-4.416.138,52	-12.417.614,22
Investimentos Financeiros	-67.457,72		-58.823,03	0,00
Imobilizações Corpóreas	-9.665.307,72	-9.609.859,77	-4.357.315,49	-12.417.614,22
Imobilizações Incorpóreas				
Fluxos de Actividades de Investimento	-9.732.765,44	-8.371.212,29	-3.177.491,04	-10.235.951,22
Fluxos de Actividades de Financiamento				
Recebimentos provenientes de (+):	0,00	0,00	0,00	0,00
Empréstimos Obtidos				
Aumentos de Capital e P. Suplementares				
Subsídios e Doações				
Vendas de Acções Próprias				
Cobertura de prejuízos				
Pagamentos respeitantes a (-):	0,00	0,00	0,00	0,00
Empréstimos Obtidos				
Amortizações de Contratos de Leasing				
Juros e Custos Similares				
Dividendos				
Reduções de Capital e P. Suplementares				
Aquisição de Acções Próprias				
Fluxos de Actividades de Financiamento	0,00	0,00	0,00	0,00
Variação de Caixa e seus equivalentes	-167.221,48	95,51	39.914,19	-1.999.902,50
Caixa no início do período	2.496.669,24	2.329.447,76	2.329.447,76	2.329.543,26
Caixa no fim do período	2.329.447,76	2.329.543,26	2.369.361,94	329.640,77
TOTAL	0,0		0,0	0,0

* Projeções constantes do Apêndice VII - Cláusulas específicas para o Contrato Programa 2018

7. PRINCÍPIOS GERAIS DE ELABORAÇÃO DOS INSTRUMENTOS PREVISIONAIS DE GESTÃO

7.1. ADOÇÃO DE ESTRATÉGIAS DE MAXIMIZAÇÃO DE RECEITAS MERCANTIS

O CHP apresentou e negociou com a tutela a proposta de produção vertida no Contrato-Programa. Por via dos mecanismos de contratualização interna, procedeu internamente à desagregação dos compromissos assumidos externamente pelos níveis de gestão intermédia (serviços). A monitorização e acompanhamento dos desvios face às metas acordadas pelos diferentes níveis de gestão permitirá maximizar os valores assumidos em Contrato-Programa.

De igual modo, o CHP acomodou uma percentagem de proveitos extra Contrato-Programa de cerca de 7% de modo a potenciar receitas providas de outras entidades que não o SNS.

7.2. EBITDA E POLÍTICA DE REDUÇÃO DE CUSTOS

A instituição propõe em 2018 um EBITDA de -35M€ valor este constante das Demonstrações Financeiras Previsionais anexas ao Contrato Programa de 2018. Não obstante o esforço na contenção de custos, nomeadamente nas rubricas de consumos, a redução prevista é contrariada essencialmente pelo aumento de custos gerados nos medicamentos para o tratamento de doentes com Hepatite C, pelo crescimento de doentes oncológicos e pela utilização dos medicamentos biológicos (apesar de todas as medidas tomadas, internamente na introdução de biossimilares e de que o CHP é referência).

O Conselho de Administração, como já referido, negociou internamente com os departamentos e serviços as metas de Produção e Acesso a atingir em 2018, em três vertentes essenciais: cumprimento rigoroso dos novos TMRG, redução da demora média (otimização de capacidade instalada) e reforço da taxa de ambulatorização.

Refira-se ainda que, no âmbito da promoção de redução de custos e/ou a promoção da eficiência, foi lançado a cada serviço o desafio de apresentarem até 3 medidas e respetivo plano de implementação. Estes desafios pretendem-se alinhados com a estratégia do CHP, em particular com o Plano de Medidas - Melhoria do acesso e do desempenho assistencial no SNS e outras medidas de eficiência e/ou racionalização de custos, conforme referido nos pontos 5.5 e 5.6 do capítulo 5 deste plano de atividades.

7.3. REDUÇÃO DE PMP E DO VOLUME DE PAGAMENTOS EM ATRASO (“ARREARS”)

PMP	2016	2017	Var. (%) 2016/2017	2018	Var. (%) 2017/2018
Prazo	249	293	17,67%	293	0,00%

Em 31-12-2017

Unid: €

Dívidas Vencidas	0-90 dias	Dívidas vencidas de acordo com o Art. 1.º DL 65-A/2011			
		90-120 dias	120-240 dias	240-360 dias	> 360 dias
Aq. de Bens e Serviços	32.287.008,38	9.069.222,40	34.555.944,74	6.536.335,72	497.659,96
Aq. de Capital	663.169,24	32.951,33	629.859,02	66.055,82	0
Total	32.950.177,62	9.102.173,73	35.185.803,76	6.602.391,54	497.659,96

O Conselho de Administração tem encetado todos os esforços no sentido de implementar uma política de não existência de pagamentos em atraso, em consonância com a Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro (LCPA).

7.4. ADOÇÃO DE ESTRATÉGIAS DE REDUÇÃO DO ENDIVIDAMENTO E ENCARGOS FINANCEIROS ASSOCIADOS

Não aplicável.

A Instituição não prevê o recurso a endividamento bancário, durante o ano de 2018, nem a detenção de qualquer passivo remunerado.



7.5. MEDIDAS ADOTADAS NO ÂMBITO DA GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS

Apesar do aumento do número de efetivos que se verifica entre 2016 e 2017, embora não significativo, resulta de um apertado controlo de novas admissões, em cumprimento das orientações da Tutela em matéria de efetivos e controlo de custos. O défice de recursos humanos, tem vindo a aumentar o trabalho extraordinário – sendo que a junho representava já um encargo 32% superior ao do período homólogo – bem como, as horas em débito aos colaboradores. A projeção efetuada no orçamento para 2018 não contemplou as necessidades efetivas de recursos humanos, que apontaram para um crescimento de apenas 40 profissionais, em estrito cumprimento do despacho nº 111/2017, de 28 de julho, de Sua Ex^a o Sr. Secretário de Estado da Saúde. Acresce que o défice sentido, força o recurso à contratação de profissionais para substituição de ausências temporárias. Todavia, se esta solução pode ser vantajosa para determinadas áreas, para funções com exigências técnico-profissionais específicas que exigem um período de integração alargado, não parece ser a solução ideal.

Acresce referir que o CHP, sendo um hospital escola, tem responsabilidades acrescidas em matérias de recursos humanos e que não são aplicadas à maior parte do universo dos Hospitais, EPE sem este nível de diferenciação no ensino.

Os imperativos legais e as políticas/medidas de contenção de admissão de recursos humanos, condicionam o cumprimento do contrato programa, nomeadamente:

- A passagem do regime de trabalho da função pública para as 35 horas e recentemente, o alargamento do período normal de trabalho da função pública aos profissionais em regime de contrato individual de trabalho;
- A atribuição de horários flexíveis que dificulta largamente assegurar as escalas de trabalho designadamente em trabalhadores com horários por turnos;
- Os descansos compensatórios por aplicação dos instrumentos de regulamentação coletiva de trabalho;



- Normas legais no âmbito da proteção da parentalidade que por si só constituem um direito do trabalhador, das quais se destaca licenças parentais, licenças especiais a filhos e regimes de trabalho a tempo parcial;
- Redução da carga horária por idade e por compensação do exercício de funções em condições particularmente penosas.

7.6. OBJETIVOS SETORIAIS

Os objetivos setoriais são os constantes do Contrato-Programa celebrado com a tutela e estão referidos no capítulo 5 deste documento. O Contrato-Programa estabelece, não só os termos da prestação de serviços e suas contrapartidas financeiras (revistas anualmente), como também define a operacionalização da política do Ministério da Saúde através dos seguintes princípios (Cláusula 2ª do Contrato-Programa 2017-2019):

- Promoção do acesso, melhoria contínua da qualidade, dos cuidados de saúde prestados, satisfação dos utentes e obtenção de ganhos em saúde;
- Gestão transparente, racional e eficiente dos recursos disponíveis, visando a sustentabilidade económico-financeira do Hospital e do SNS;
- Articulação e Gestão Partilhada de Recurso no SNS (GPR_SNS) entre as entidades pertencentes ao SNS, visando a obtenção de sinergias e aumento da produtividade global das instituições do SNS.

7.7. PLANO DE INVESTIMENTOS PLURIANUAL

O plano de investimentos plurianual do CHP encontra-se enquadrado na estratégia definida nos últimos anos e reflete os grandes projetos assumidos pelo Conselho de Administração e refletem as principais necessidades manifestadas pelos Serviços nos seus Planos de Atividades. O plano detalhado encontra-se no ponto 6.1 e no Anexo 3.

*For
h2*

7.8. PRINCÍPIOS FINANCEIROS REFERÊNCIA PARA 2018 – REDUÇÃO DE GASTOS OPERACIONAIS

Os gastos operacionais assentam nas projeções das Demonstrações Financeiras Previsionais, anexas ao Contrato Programa assinado. Neste ponto, há a ressaltar a aplicação do disposto no artigo 145º do Decreto-Lei nº 33/2018, de 15 de Maio (DLEO) em particular o referido no seu nº 5.

PRC	2018 Estim.	2017 Exec.	2016 Exec.	2015 Exec.	2018/2017		2017/2016	
					Δ Absol.	Var. %	Δ Absol.	Var. %
(0) EBITDA	-35.004.133,5	-30.915.388,0	-9.696.762,5	-363.716,4	-4.088.745,5	0,13	-21.218.625,5	2,2
(1) CMVMC	133.826.055,6	130.220.764,0	119.224.831,6	113.194.811,7	3.605.291,6	0,03	10.995.932,4	0,1
(2) FSE	30.387.498,8	34.878.112,2	30.939.421,8	28.296.549,1	-4.490.613,4	-0,13	3.938.690,4	0,1
Gastos com pessoal	139.078.041,1	138.803.851,0	131.075.809,1	121.107.031,1	274.190,1	0,00	7.728.041,9	0,1
(3) Gastos com o pessoal corrigidos dos encargos I, II, III e IV	138.513.198,4	136.767.699,3	128.416.293,7	120.816.011,1	1.745.499,1	0,01	8.351.405,7	0,1
(3.I) Indemnizações pagas por rescisão	9.129,2	10.884,4	8.658,1	23.988,3	-1.755,3	-0,16	2.226,4	0,3
(3.II) Impacto da reversão das reduções remuneratórias	0,0	1.747.419,7	2.650.857,4	267.031,7	-1.747.419,7	-1,00	-903.437,8	-0,3
(3.III) Impacto da aplicação dos artigos 20.º e 21.º da LOE 2017	384.259,9	277.847,57			106.412,3	0,38	277.847,6	
(3.IV) Impacto estimado com valorização remuneratória nos termos do Despacho nº 3746/2017	171.453,6							
(4) Gastos Operacionais ^{a)} = (1)+(2)+(3)	302.726.752,7	301.866.575,5	278.580.547,0	262.307.372,0	860.177,2	-0,1	23.286.028,5	0,4
(5) Volume de negócios (VN) ^{b)}								
(6) Peso dos Gastos/VN = (4)/(5)								
(i) Gastos com Comunicações (FSE)	461.367,1	461.367,1	456.882,8	457.088,0	0,0	0,00	4.484,3	0,0
(ii) Gastos com Deslocações e Alojamento (FSE)	48.847,9	48.847,9	37.406,6	53.391,4	0,0	0,00	11.441,4	0,3
(iii) Gastos com Ajudas de custo (G c/ Pessoal)	19.164,4	18.683,1	22.304,9	22.638,0	481,4	0,03	-3.621,9	-0,2
(iv) Gastos com as viaturas ^{c)}	74.010,4	74.010,4	76.297,2	85.050,5	0,0	0,00	-2.286,8	0,0
Total = (i) + (ii) + (iii) + (iv)	603.389,9	602.908,5	592.891,5	618.167,9	481,4	0,0	10.017,0	0,1
Número Total de RH (OS+CD+Trabalhadores)*	4330	4273	4256	4162	57,0	0,01	17	0,4%
N.º Órgãos Sociais (OS)	5	5	5	5	0,0	0,00	0	0,0%
N.º Cargos de Direção (CD)	19	19	20	20	0,0	0,00	-1	95,0%
N.º Trabalhadores (sem OS e sem CD)	4306	4249	4231	4137	57,0	0,01	18	0,4%
N.º Trabalhadores/N.º CD	226,63	223,63	211,55	208,35	3,0	0,01	12,08	5,7%
N.º de viaturas	20	20	20	20	0,0	0,00	0,00	0,0%

* Nota CHP: Foi considerado o Pessoal Dirigente, Internos de Formação específica e de Ano Comum

a) Para aferir o grau de cumprimento das medidas de redução de gastos operacionais (CMVMC + FSE + Gastos com pessoal) não são considerados os gastos com as indemnizações por rescisão, o efeito da reversão das reduções remuneratórias, nem o efeito do disposto nos artigos 20.º e 21.º da LOE 2017.

b) O volume de negócios é corrigido dos subsídios à exploração e das indemnizações compensatórias.

c) Os gastos com as viaturas deverão incluir: rendas/amortizações, inspeções, seguros, portagens, combustíveis, manutenção, reparação, pneumáticos, taxas e impostos.

[Handwritten signature]
[Handwritten mark]

8. PARECER DO ROC SOBRE OS INSTRUMENTOS PREVISIONAIS DE GESTÃO E DECLARAÇÃO DE CONFORMIDADE DO OE2018



PARECER DA SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS

Introdução

1. Procedemos à revisão das demonstrações financeiras prospetivas do CENTRO HOSPITALAR DO PORTO, E.P.E., respeitantes ao exercício 2018, que compreendem o Orçamento, o Balanço e a Demonstração dos Resultados Previsionais, e outros documentos que incluem os pressupostos em que se basearam.

Responsabilidade

2. A preparação e apresentação destas demonstrações financeiras prospetivas são da responsabilidade da Administração. A nossa responsabilidade é a de dar um parecer sobre tais demonstrações com base na revisão efetuada.

Âmbito

3. A nossa revisão foi efetuada de acordo com as normas e recomendações divulgadas pela Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, nomeadamente a ISAE 3400-Exame da Informação Financeira Prospetiva, e, consequentemente, inclui os procedimentos que tivemos por necessários para avaliar os pressupostos usados e a preparação e a apresentação da informação prospetiva.

Estes procedimentos incluíram a verificação do cumprimento das instruções e orientações emanadas pela Circular Série A nº 1387 da DGO, de 3 de agosto; o ofício 7962/2017/DFI/UOC da ACSS e Despacho nº 111/2017 do Secretário de Estado da Saúde.

Análise

Análise do plano de atividades

4. O Centro Hospitalar do Porto, E.P.E. propõe-se desenvolver um plano de atividades de saúde semelhante ao do ano anterior, em matéria de produção, todavia a situação económica e financeira resultante será substancialmente influenciada pelo facto dos proveitos estimados serem insuficientes para compensar as alterações significativas dos custos de produção, incrementando severamente os resultados líquidos negativos estimados.

1/4



i) Análise da proposta do Orçamento

5. O cálculo dos valores da Despesa e da Receita seguiram os métodos preconizados para a elaboração dos orçamentos respetivos, seguindo as instruções dimanadas pelas entidades responsáveis, que determinam, entre outras, que as despesas com pessoal a orçamentar para 2018 não podem ser superiores às despesas pagas em 2016 (que constam da conta de gerência) acrescidas de 4%. Os valores da Despesa foram calculados com base na informação remetida pelos Serviços, tendo em conta as necessidades esperadas.

ii) Orçamento da receita

6. Quanto ao orçamento da receita para 2018, o valor do adiantamento do contrato programa a considerar no orçamento de caixa, e estipulado no anexo III do citado Despacho nº 111/2017, de 28 de julho, é €236.861.509,00.
Este valor é indicativo podendo não coincidir com o valor final do contrato programa a ser negociado em fase posterior.

iii) Orçamento da despesa

7. Realçam-se os justificativos do orçamentado para as despesas com o Pessoal para 2018 (Agrupamento 01), que não incluem as estimativas de necessidades de recursos humanos, assumidas no orçamento como indispensáveis, os justificativos do orçamentado para Aquisições de bens e serviços correntes (Agrupamento 02) e os justificativos das estimativas das aquisições de bens de capital (agrupamento 07), estes últimos já sujeitos a aprovação em anos anteriores.

iv) Análise das demonstrações financeiras previsionais

8. Em relação às Demonstrações Financeiras de 2018, as mesmas foram elaboradas tendo por base o Orçamento Previsional de 2018 e as Demonstrações Financeiras Previsionais de 2017.
Enquanto o Total de Custos Operacionais previsionais de 2018 se mantêm praticamente idênticos aos de 2017, os Proveitos Operacionais previsionais de 2018 decrescem cerca de 15 milhões de euros em relação aos previsionais homólogos

2/4



anteriores, tendo como principal responsável o decréscimo do montante do contrato programa (SNS), principal componente dos proveitos previsionais de 2018, que evidencia uma redução de cerca de 12 milhões de euros em relação a 2017.

9. Fruto da insuficiência dos proveitos para a cobertura dos custos de exploração, o resultado líquido previsional negativo do exercício excede os 49,8 milhões de euros, enquanto o EBITDA se situa nos 43,9 milhões de euros negativos. O resultado atrás estimado agrava substancialmente o Total dos Fundos Próprios que passam, por estimativa, para 97,9 milhões de euros negativos.

Reservas

10. Segundo indicações da ACSS, o valor do adiantamento do contrato programa a considerar no orçamento de receitas, de montante de €236.861.509,00, é um valor indicativo, podendo não coincidir com o valor final do contrato programa a ser negociado em fase ulterior, pelo que os montantes dos rendimentos reais poderão ser substancialmente afetados quantitativa e qualitativamente pelo desfecho dessa negociação.
11. Por outro lado, os critérios das estimativas fixadas superiormente estão fundamentalmente suportados em indicadores de 2016, em vez de indicadores de 2017, mais atualizados, quando do lado da despesa com aquisição de recursos sobram variáveis com dinâmicas que não dependem da política interna da instituição, sendo consequentemente de mais difícil controlo.
12. Devido ao prosseguimento das situações recorrentes de resultados líquidos negativos, a entidade apresenta-se com o Total de Fundos Próprios previsional substancialmente negativo, degradando-se em consequência toda a situação económica e financeira, a merecer uma adequada intervenção do acionista.

Parecer

13. Exceto quanto ao referido nos parágrafos anteriores 10, 11 e 12, e baseados na nossa revisão dos suportes dos pressupostos, nada chegou ao nosso conhecimento que dê lugar a crer que esses pressupostos não proporcionam uma base razoável para as previsões/projeções. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras prospetivas, estão devidamente preparadas com base nos pressupostos e apresentadas numa base consistente com as políticas contabilísticas normalmente adotadas pela entidade.

3/4



14. Atendendo a que frequentemente os acontecimentos futuros não ocorrem da forma esperada, os dados reais poderão vir a ser diferentes dos previstos e as variações poderão ser materialmente relevantes.

Porto, 23 de agosto de 2017

O Fiscal Único

Rodrigo, Gregório & Associados SROC, Lda

(SROC N.º 170 / CMVM 20161474) representada pelo sócio

Dr. Rodrigo Mário de Oliveira Carvalho (ROC 889/CMVM 20160508)

Anexo XI

Declaração de conformidade do Projeto de Orçamento

Programa: 13

Ministério: 12

Designação Serviço: Centro Hospitalar do Porto, EPE

Código Serviço: 6520

Declaro que a informação registada no Sistema de Orçamento de Estado (SOE) está conforme com a proposta do orçamento aprovada pela Tutela, respeitando o plafond distribuído ao serviço/organismo. Mais declaro que o Mapa OE – 12/Mapa OP – 01 foi submetido devidamente no SOE acompanhado dos seguintes documentos:

- Memória Justificativa da proposta do orçamento do Serviço ☐
- Mapa de pessoal do serviço ou organismo aprovado pela Tutela ☐
- Atualização do Sistema Central de Encargos Plurianuais (SCEP) ☐
- Demonstrações financeiras previsionais * ☐
- Parecer do órgão de fiscalização ** ☐
- Documento comprovativo do NIPC/NIF *** ☐
- Anexos Relativos a Despesas com o Pessoal (Anexos II, IIA) ☐
- Identificação de Medidas de Eficiência (Anexo X) ☐
- Declara-se que as demonstrações financeiras previsionais se encontram em conformidade com as orientações do acionista. **** ☐

O responsável máximo do serviço

**RUI MANUEL
OLIVEIRA
PEDROSO** Assinado de forma
digital por RUI MANUEL
OLIVEIRA PEDROSO
Dados: 2017.08.23
10:15:06 +01'00'

Assinatura digital certificada

* Não aplicável aos Serviços Integrados.

** Não aplicável aos Serviços Integrados e EPR abrangidas pelo regime simplificado.

*** Aplicável às entidades que passaram a integrar o perímetro das Administrações Públicas em 2018 e às entidades cujo NIPC/NIF tenha sofrido alteração em 2017.

**** Aplicável às EPR.

ANEXOS

1. Contrato Programa – Cláusulas Específicas Ano 2018
2. Orçamento de Estado – Programa Saúde 2018 – Orçamento da entidade CHP
(submetido na DGO)
3. Plano de Investimentos Plurianual